

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – UNICAMP
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS – IGe

**Dinâmica produtiva e aspectos sócio-espaciais da soja e do
milho no território brasileiro.**

Carlos Eduardo Salazar Salgado

orientador: Prof. Dr. Ricardo Castillo

dezembro 2010

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – UNICAMP
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS – IGe

**Dinâmica produtiva e aspectos sócio-espaciais da soja e do
milho no território brasileiro**

Carlos Eduardo Salazar Salgado

Trabalho de Conclusão de Curso a
ser apresentado ao Instituto de
Geociências.

orientador: Prof. Dr. Ricardo Castillo

dezembro 2010

RESUMO

Este trabalho discute as produções de soja e milho, as duas maiores do Brasil em área plantada. Analisando os dados do Censo Agrícola de 2006 do IBGE, pudemos observar as características da produção de soja para exportação e a de milho para atender ao mercado interno, bem como a composição dos produtores das duas culturas. A estrutura produtiva da soja, em que prepondera a produção patronal, obedece a rígidos padrões e, inserida na dinâmica da agricultura dita científica e globalizada, localiza-se em regiões competitivas dotadas de redes logísticas e integra um circuito produtivo altamente especializado, em médias e grandes propriedades, com grande aplicação de capital – maquinários, insumos, sementes e assistência técnica – e sob rígidos padrões. Já a produção de milho apresenta certa dualidade: divide-se entre as agriculturas familiar e patronal e entre a primeira e a segunda safras, ocupa mais de dois milhões de estabelecimentos por todo o território brasileiro e abastece sobretudo o mercado interno. Por meio dessas duas culturas, discutem-se a origem da distribuição fundiária brasileira, a luta pela terra, o conceito de agricultura familiar e os possíveis desdobramentos da questão agrária no país. Tratando-se de duas *commodities*, analisa-se ainda como essa condição se reflete na produção desses grãos no território brasileiro.

Palavras-chave: milho, soja, agricultura familiar, questão agrária, *commodity*.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1.1– Produção de soja no Brasil em número de estabelecimentos produtores por área – 2006	13
Gráfico 1.2 – Quantidade de soja produzida e vendida no Brasil por tamanho de propriedade – 2006	14
Gráfico 2.1 – Quantidade vendida/produzida (1 ^a e 2 ^a safras) no Brasil, por região – 2006	24
Gráfico 2.2 – Produção de milho no Brasil – número de estabelecimentos por área – 2006	27
Gráfico 2.3 – Produção de milho no Brasil – toneladas por área – 2006	28
Gráfico 2.4 – Quantidade produzida e disponibilidade interna de milho em grão (t) no Brasil – 1996-2006	29
Gráfico 2.5 – Quantidade de milho vendida/produzida pelos estabelecimentos no Brasil, por grupos de área – 2006	30
Gráfico 4.1 Distribuição das propriedades produtoras de milho e soja no Brasil, por tamanho – 2006	44
Gráfico 4.2 – Produção de soja e milho – estabelecimentos rurais por área (%) – 2006	45
Gráfico 4.3 – Quantidade de milho e soja produzidos no Brasil, por tamanho da propriedade – 2006	46
Gráfico 4.4 – Quantidade de milho e soja vendida/produzida no Brasil, por grupo de área – 2006	47
Gráfico 4.5 – Evolução dos preços e da produção total de soja no Brasil – 2001-2009	49
Gráfico 4.6 – Evolução dos preços e da produção total de milho no Brasil – 2001-2009	51

LISTA MAPAS

Mapa 1.1 – Produção de soja no Brasil, por estado – 2006	12
Mapa 1.2 – Produção de soja no Brasil, por microrregião – 2006	18
Mapa 1.3 – Crescimento percentual da área plantada de soja e incorporação de novos municípios aos <i>fronts</i> agrícolas entre 2001 e 2005	19
Mapa 2.1 – Produção de milho no Brasil, por estado – 2006	21
Mapa 2.2 – Produção de milho (1ª safra) no Brasil, por microrregião – 2006	22
Mapa 2.3 – Produção de milho (2ª safra) no Brasil, por microrregião – 2006	23
Mapa 2.4 – Produção patronal de milho no Brasil, por microrregião – 2006	25
Mapa 2.5 – Produção familiar de milho no Brasil, por microrregião – 2006	26

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.1 – Área plantada e valor da produção dos principais produtos agrícolas, Brasil – 2009	11
Tabela 1.2 – Produção de soja no Brasil, por estabelecimento familiar ou patronal – 2006	14
Tabela 1.3 – Composição da exportação de soja no Brasil – 2009	15
Tabela 2.1 – Produção patronal no Brasil – principais culturas – 2006	24
Tabela 2.2 – Produção de milho no Brasil por estabelecimento, familiar e patronal – 2006	26
Tabela 4.1 – Unidades produtoras de milho e soja por grupo de atividade econômica	43
Tabela 4.2 – Rendimento do milho e da soja nas agriculturas patronal e familiar	48

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abiove	Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais
AGF	Aquisições do Governo Federal
APA	Área de Proteção Ambiental
APP	Área de Proteção Permanente
CNBB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
Conab	Companhia Nacional de Abastecimento
Contag	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
Emater	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EUA	Estados Unidos da América
IAC	Instituto Agrônômico de Campinas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Incrá	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAM	Produção Agrícola Municipal
PIB	Produto Interno Bruto
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PT	Partido dos Trabalhadores
Secex	Serviço de Comércio Exterior
Sidra	Sistema IBGE de Recuperação Automática
Sudam	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
Sudene	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
Supra	Superintendência da Reforma Agrária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1 – O quadro da produção de soja	10
1.1 Histórico da produção e distribuição da soja	10
1.2 A produção de soja no Brasil	11
1.3 Biotecnologia da soja	15
1.4 Como se produz soja no Brasil	16
CAPÍTULO 2 – O quadro da produção de milho	20
2.1 Histórico da produção e distribuição do milho	20
2.2 A produção de milho no Brasil	21
2.3 O tamanho das propriedades e a composição da agricultura familiar e patronal ...	24
2.4 Relação entre produção e consumo interno de milho	28
CAPÍTULO 3 – A questão agrária e a produção agrícola	31
3.1 Histórico da composição fundiária e da produção agrícola no Brasil	31
3.2 O problema do conceito de agricultura familiar	36
3.3 Sobre o futuro da questão agrária brasileira	37
CAPÍTULO 4 – As <i>commodities</i> milho e soja no território brasileiro	42
4.1 Soja e milho – agronegócio e agricultura familiar	42
4.2 O mercado de <i>commodities</i> – a inversão da lógica que subordina o produtor	48
CONCLUSÃO	52
REFERÊNCIAS	54

INTRODUÇÃO

Inicialmente, o objetivo do trabalho era procurar a agricultura dos pobres, localizando-os em meio à grande produção agrícola observada no território nacional. Por ser o milho um tradicional produto da pequena agricultura brasileira, buscamos examiná-lo em comparação com a soja, produto modelar da agricultura patronal – mais comumente chamada de agronegócio.

Assim, procuramos discutir o funcionamento das produções de soja e de milho no território. Nossa hipótese era que essas duas principais produções agrícolas de grãos não são igualmente importantes para o mercado, interno e externo, assim como têm diferentes agentes – produtores, agroindústrias e redes de transporte.

A soja brasileira é preponderantemente produzida pela agricultura patronal e destinada à exportação e ao mercado interno como componente de ração para as cadeias da avicultura e da suinocultura principalmente; está plenamente inserida no mercado internacional e situa-se em regiões competitivas (CASTILLO; FREDERICO, 2010), que integram circuitos de logística – e de crédito – também especializados. Responde por 25% das exportações da balança comercial brasileira.

Já a produção de milho é mais diversificada – divide-se entre familiar e patronal e primeira e segunda safras – e se destina sobretudo ao mercado interno, com consumo nas próprias unidades produtoras, na agropecuária, na agroindústria e na indústria de alimentos.

As fontes da maior parte dos dados analisados aqui são o Censo Agropecuário de 2006 e a Produção Agrícola Municipal, principalmente através do Sidra-IBGE, de que partimos para a elaboração de mapas, gráficos e tabelas.

Conforme a publicação do IBGE, adotamos, ainda que essa nomenclatura seja controversa – como veremos –, as categorias agricultura familiar e não familiar, a que aqui nos referimos como agricultura patronal.

Discutiremos a configuração espacial dessas *commodities* no território, já que suas lógicas de produção e circulação são distintas, ainda que parte dos agentes sejam os mesmos, e que a lógica da produção *agrícola científica e globalizada* (Santos, 2000) se imponha, ao

menos parcial ou indiretamente, a todo produtor agrícola.

Ao longo da pesquisa, pudemos observar como é relativa a participação dos pobres nessa produção, principalmente se considerarmos a escala nacional, pois, além da produção patronal, a agricultura familiar também não é apenas composta por pobres – a própria produção familiar da soja é suficiente para mostrar que boa parte dessa modalidade tem bases muito próximas às patronais.

CAPÍTULO 1

O QUADRO DA PRODUÇÃO DE SOJA

A soja começa a se expandir nos anos 1960, em plena era da modernização e reorganização produtiva agrícola no Brasil. É especialmente destinada à exportação – em 2009, exportaram-se 42 milhões de toneladas, entre grãos, farelo e óleo (Abiove, 2010) – e representa importante parcela da balança comercial brasileira, em estado bruto e derivados, correspondendo a 25% do total de exportações (CASTILLO; FREDEICO, no prelo).

Segundo o Censo Agropecuário de 2006, a soja é a cultura que ocupa a maior área no território brasileiro, alcançando 22 milhões de hectares, e, ao lado da cana-de-açúcar, é o principal produto do agronegócio no país.

Produzida segundo a lógica da agricultura científica globalizada (Santos, 2000), com grande aplicação de maquinário e insumos e alta produtividade, a soja está diretamente relacionada ao mercado externo; sendo sua capitalização, o fornecimento de insumos, a precificação e o escoamento diretamente vinculados a grandes empresas internacionais (*tradings* agrícolas).

1.1 Histórico da produção e distribuição da soja

Proveniente da China, a soja se desenvolveu pelo cruzamento natural entre diversas espécies selvagens daquela porção da Ásia e foi domesticada e melhorada por cientistas da antiga China. Usualmente difundida como forrageira, deixou, a partir dos Estados Unidos da America, de ser pastagem e passou predominar a produção de grãos.

É introduzida no Brasil por sementes provenientes dos EUA no final do século XIX. Nos primeiros anos do século XX, o IAC promoveu o primeiro plantio no extremo sul do Brasil, principalmente pelas características climáticas similares às do sul dos EUA.

Sua difusão inicial esteve associada aos incentivos à cultura do trigo, caracterizado por sua boa produtividade como cultura de inverno, sendo a soja uma boa cultura para o interstício de verão. Dados o desenvolvimento técnico agrícola e o aumento da área cultivada, o cultivo da soja atinge seu apogeu na década de 1970, quando ela passa a ser o principal produto do agronegócio brasileiro (15 milhões de toneladas em 1970) (Cisoja).

Era o tempo do paradigma da Revolução Verde, que no Brasil assumiu as características de uma modernização conservadora do campo, padrão produtivo (máquinas, insumos, crédito, assistência técnica, agroindustrialização) que, associado à necessidade geopolítica (orientada pelo Exército) de ocupar e integrar todo o território nacional e ao pacto das elites de não transformarem a estrutura fundiária, criou as condições para o estabelecimento das bases dos complexos agroindustriais.

Cumprir observar que, naquele momento, o país caminhava para a alteração da lógica agrícola no sentido de complementar a sociedade urbano-industrial já consolidada no Brasil – abastecimento de alimentos para o consumo das cidades, insumos para a indústria e, ao mesmo tempo, trabalhadores para comporem a nova mão de obra industrial.

O contexto da expansão da soja em direção ao cerrado do Brasil é o do pós-guerra, época em que a agricultura brasileira se subordinou mais a empresas multinacionais produtoras de insumos e equipamentos agrícolas, que impunham novos padrões tecnológicos e submetiam os agricultores a essa nova lógica (FREDERICO, 2009), favorecendo o investimento em *commodities* e reduzindo a capacidade de sobrevivência dos agricultores tradicionais.

1.2 A produção de soja no Brasil

A partir de 1998, a soja superou o milho em área plantada no país.

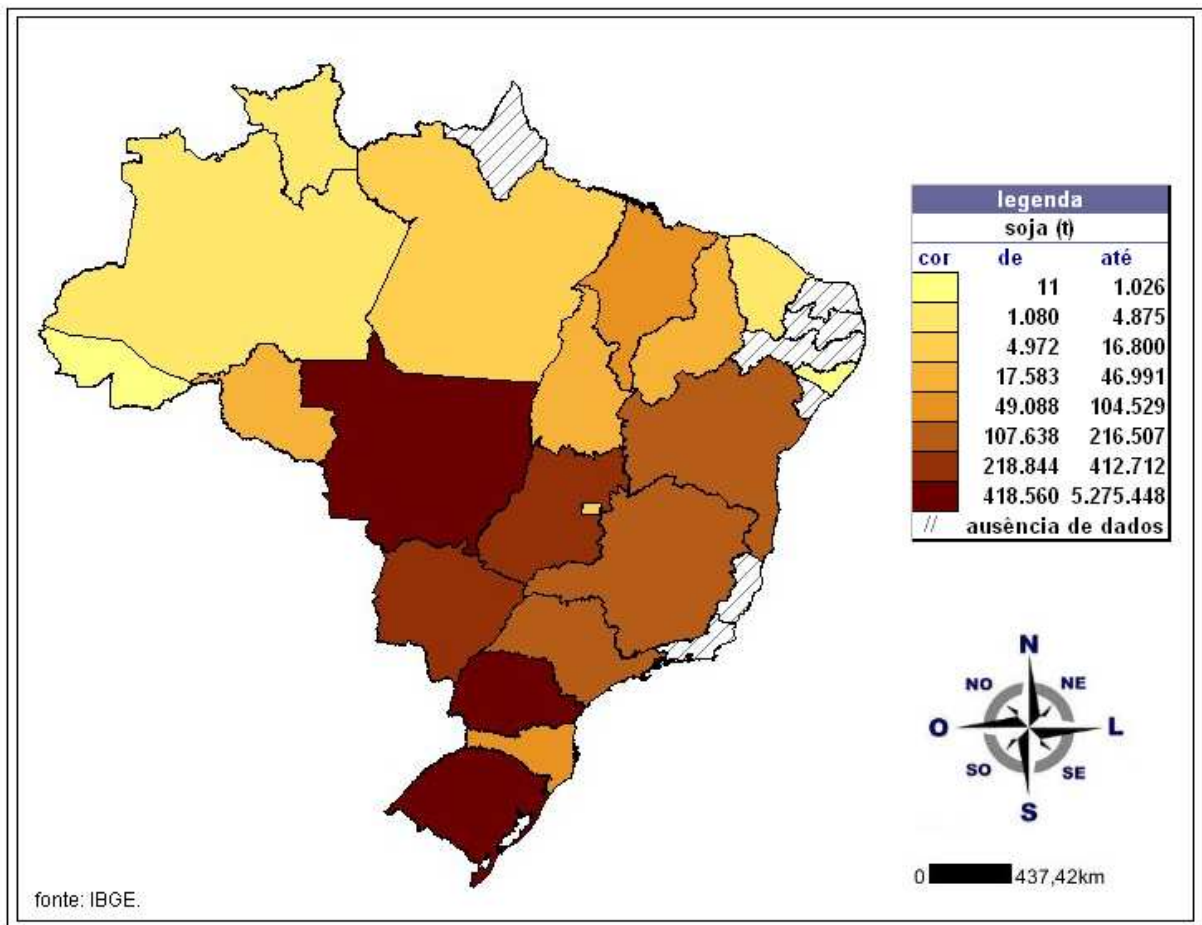
Tabela 1.1 – Área plantada e valor da produção dos principais produtos agrícolas, Brasil – 2009

	área plantada (ha)	valor da produção (mil reais)
soja	21.761.728	37.988.045
cana-de-açúcar	8.783.426	23.960.835
milho	14.144.321	15.039.823

Fonte: IBGE-PAM, 2009.

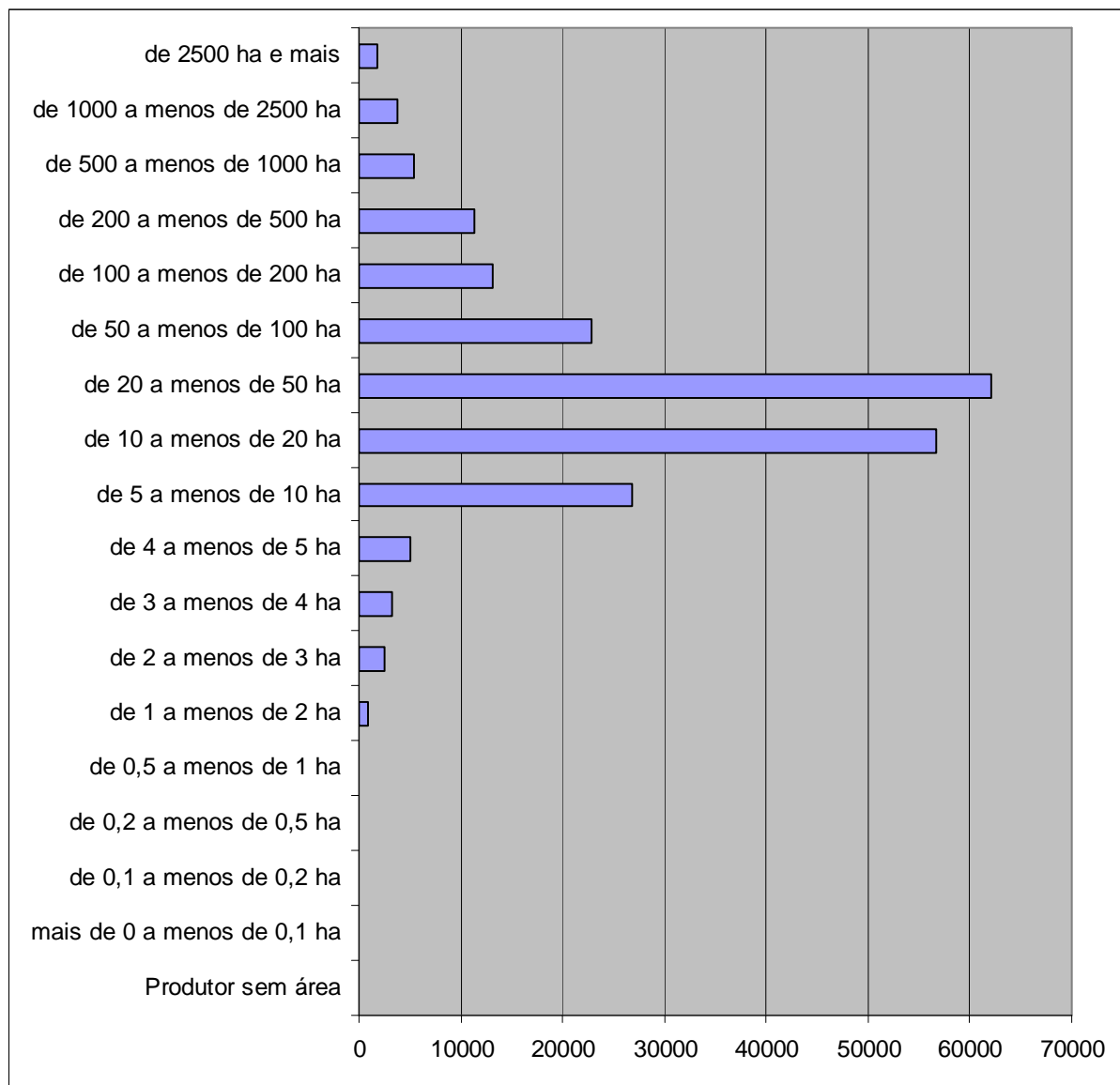
A produção de soja está hoje difundida por quase todos os estados brasileiros, ausente apenas do Amapá, do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Pernambuco, de Sergipe, do Espírito Santo e do Rio de Janeiro. As maiores produções são de Mato Grosso, Paraná e Rio Grande do Sul, seguidos por Goiás e Mato Grosso do Sul.

Mapa 1.1 – Produção de soja no Brasil, por estado – 2006



No Paraná e no Rio Grande do Sul, há produção por todo o estado, embora haja concentração nas porções noroeste, áreas de tradicional cultivo. Nos estados do Centro-Oeste e também nos demais, fica predominantemente nas áreas consideradas de *front* agrícola.

Gráfico 1.1 – Produção de soja no Brasil, em número de estabelecimentos produtores por área – 2006



fonte: IBGE, Censo 2006.

A maior parte dos estabelecimentos produtores de soja (78%) têm de 5 a 100 hectares, representando os de 10 a 50 54% do total. Poucos são os menores de 5 hectares (5%) e cerca de 30 mil têm mais de 100 hectares (13%).

Aproximadamente 75% da produção total de soja são predominantemente patronais, mas os dados de sua produção na agricultura familiar indicam elevada produtividade e propriedades relativamente grandes para os padrões dessa modalidade (16,5 ha). O rendimento da produção familiar da soja também é bastante próximo do da agricultura patronal, indicando não se tratar de produção em bases tradicionais ou de subsistência.

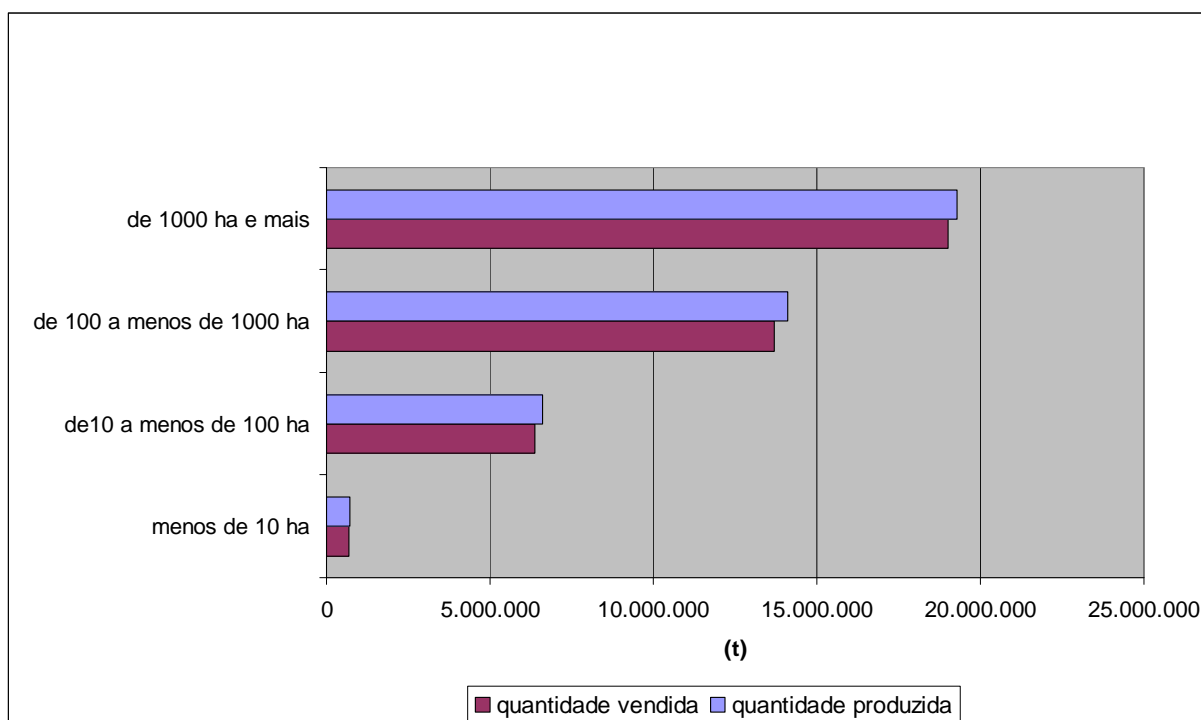
Tabela 1.2 – Produção de soja no Brasil, por estabelecimento familiar ou patronal – 2006

	familiar	patronal
estabelecimentos	164.011	51.966
quantidade produzida (t)	6.404.494	34.308.188
área colhida (ha)	2.707.649	12.939.342
valor da produção (R\$)	2.891.786.309	14.249.698.227
rendimento t/ha	2,37	2,65
rendimento R\$/ha	1.068,00	1.101,00
área media dos estabelecimentos	16,51	249,00

fonte: IBGE, Censo 2006.

A soja no Brasil é produzida sobretudo para a venda. Mesmo em unidades menores, praticamente toda a produção é vendida. Apesar de pouco mais de 5 mil estabelecimentos terem mais de mil hectares (menos de 10% dos estabelecimentos produtores de soja), sua produção representa quase a metade do total.

Gráfico 1.2 – Quantidade de soja produzida e vendida no Brasil, por tamanho da propriedade – 2006



fonte: IBGE, Censo 2006.

Na destinação da soja, destaca-se a exportação. Em 2009, 28,5 milhões de toneladas de soja foram exportadas em grão, correspondendo a 49% do total produzido. Exportaram-se ainda quase 14 milhões de toneladas de derivados, em farelo e óleo, representando 34% do valor líquido (US\$) do mercado exportação da soja brasileira.

Tabela 1.3 – Composição da exportação de soja no Brasil – 2009

	volume (1.000 t)	US\$ milhões
soja em grão	28.563	11.424
farelo de soja	12.253	4.593
óleo de soja	1.580	1.223

fonte: Secex/MDIC.

1.3 Biotecnologia da soja

O cerrado tem excelente qualidade fisiográfica para a ocupação da “agricultura científica globalizada”. O principal limitante para a larga ocupação agrícola nessa porção do território era a baixa fertilidade química. Nesse contexto, a Embrapa e a Emater tiveram papel fundamental no desenvolvimento de condições para essa ocupação, introduzindo novas formas de uso e manejo do solo (FREDERICO, 2009).

Conforme Frederico (2009), após a Segunda Guerra Mundial, a conjugação entre ciência, técnica e informação mudou o paradigma da produção agrícola. A partir de então, os agricultores deixaram de ser os responsáveis pela produção de sementes, as quais se tornaram objetos técnicos “originados de uma relação estreita entre o desenvolvimento técnico e científico” (p. 128), e essa foi a outra grande inovação necessária para a expansão da soja em áreas do cerrado. Foi também papel da Embrapa a adaptação das sementes a latitudes mais baixas que as das regiões em que se cultivavam originalmente, como a porção sul dos EUA e, no Brasil, os estados do Rio Grande do Sul e do Paraná.

Esse novo mercado de sementes produzidas associa a aquisição das sementes, a incorporação de normas para a produção e novos insumos como fertilizantes, pesticidas e adubos. Além de fortalecer as grandes empresas diante do produtor, esse conjunto de mudanças foi a base da modernização agrícola da chamada Revolução Verde. Ao se tornar objeto técnico, a semente da soja brasileira já era parte, como causa e como consequência, do processo de modernização agrícola.

A Embrapa cooperava com firmas internacionais para o desenvolvimento de cultivares adaptadas às condições brasileiras e, até 1990, monopolizava o mercado nacional de sementes. Com o advento dos organismos geneticamente modificados e a alteração na Lei de Cultivares, as grande firmas aumentaram significativamente sua participação no mercado

brasileiro (FREDERICO, 2009). A nova lei passou a garantir às grandes empresas de produção de sementes o pagamento de *royalties* pelos produtores, e essas novas sementes geneticamente modificadas eram objetos técnicos ainda mais especializados, intensificando as características da produção da “agricultura científica globalizada” na última década do século XX.

1.4 Como se produz soja no Brasil

A produção agrícola brasileira da soja é relativamente uniforme, seja em médias e grandes propriedades, seja em agricultura familiar ou patronal; em todos os casos, as bases técnicas da produção são muito similares, como permitem inferir os dados sobre produtividade, uso da produção e concentração em regiões especializadas. A cultura da soja no Brasil é um arquétipo da “agricultura científica globalizada” (Santos, 2000).

Em meados do século XX, com a integração entre a indústria e a agricultura, esta passa a integrar um circuito maior, inclusive tomando crédito para a produção, que a partir de então carece de mais investimento financeiro para maquinários, fertilizantes, defensivos, sementes e assistência técnica. Assim, naquele momento, a produção agrícola passava a fazer parte da dinâmica do complexo agroindustrial.

Como lembra Geraldo Müller (1989, p. 130), esses setores industriais ganham força e pressionam o mercado agrícola a se industrializar.

Com a integração indústria/agricultura, deparamo-nos com empresas e grupos econômicos que influenciam poderosamente a dinâmica das atividades agrárias, com profundas repercussões em suas estruturas. [...] O complexo agroindustrial é uma forma de unificação das relações entre os grandes departamentos econômicos com os ciclos e as esferas de produção, distribuição e consumo, relações estas associadas às atividades agrárias.

A partir da década de 1990, a agricultura capitalista brasileira incorpora as inovações da chamada “Terceira Revolução Agrícola”: “a informática, a microeletrônica, a biotecnologia, a engenharia genética e a formação e a transmissão de bancos de dados” (FREDERICO, 2009, p. 22). Em 1998, a soja passa a ter a maior área cultivada do Brasil.

A agricultura científica globalizada é a exacerbação das transformações que provêm da entrada de capital em grande escala na produção agrícola. Com a evolução observada nas

últimas décadas na circulação de bens, mercadorias e informações, a agricultura estreita suas relações não só com a indústria mas também com o setor de serviços e participa do mercado internacional, com padrões, a montante e a jusante da produção, ainda mais controlados e precisos. Como observa Frederico (2009, p. 22), “o grande conteúdo em informação promoveu um controle mais restrito e hierárquico da produção; grandes empresas mundiais, exportadoras de grãos e fornecedoras de insumos passaram a ter maior poder de regulação”.

Essa agricultura se caracteriza pela rígida implementação de padrões técnicos e científicos em todas as esferas, que resulta na homogeneização da produção, ainda que contando com diferentes produtores. A soja é produzida como parte de uma cadeia produtiva, em regiões competitivas dotadas de redes de logística especializadas em sua comercialização.

Essas redes não tratam apenas da circulação física da produção, mas de tudo o que a cerca, inclusive a própria produção da soja.

Em sua dimensão geográfica, propomos defini-lo [o termo logística] como o conjunto de competências infraestruturais (transporte, armazéns, terminais multimodais, portos secos, centros de distribuição etc.), institucionais (normas, contratos de concessão, parcerias público-privadas, agências reguladoras setoriais, tributação etc.) e operacionais (conhecimento especializado detido por prestadores de serviços ou operadores logísticos) que, reunidas num subespaço, podem conferir fluidez (Arroyo¹, 2001; 2005) e competitividade aos agentes econômicos e aos circuitos espaciais produtivos (CASTILLO; FREDERICO, 2009, p. 8).

Essa condição geográfica das redes (e não apenas geométrica, física) transforma a região num espaço adaptado, funcional para os mercados internacionais. São as chamadas *regiões competitivas*, partes do território destinadas a atender “interesses políticos distantes” (CASTILLO; FREDERICO, 2009, p. 4). Assim, conforme Castillo e Frederico (2009, p. 2):

propomos considerar os conceitos de *região competitiva* e *logística*, compreendidos de forma indissociável, como as expressões geográficas, respectivamente, da *produção* obediente a parâmetros internacionais de qualidade e custos e da *circulação* corporativa, objetivando dar conta da explicação da organização e do uso do território brasileiro no presente

Ou seja, o produtor da soja praticamente não tem autonomia para decidir sobre a produção – sua escolha está entre atender aos imperativos da racionalidade dos circuitos de

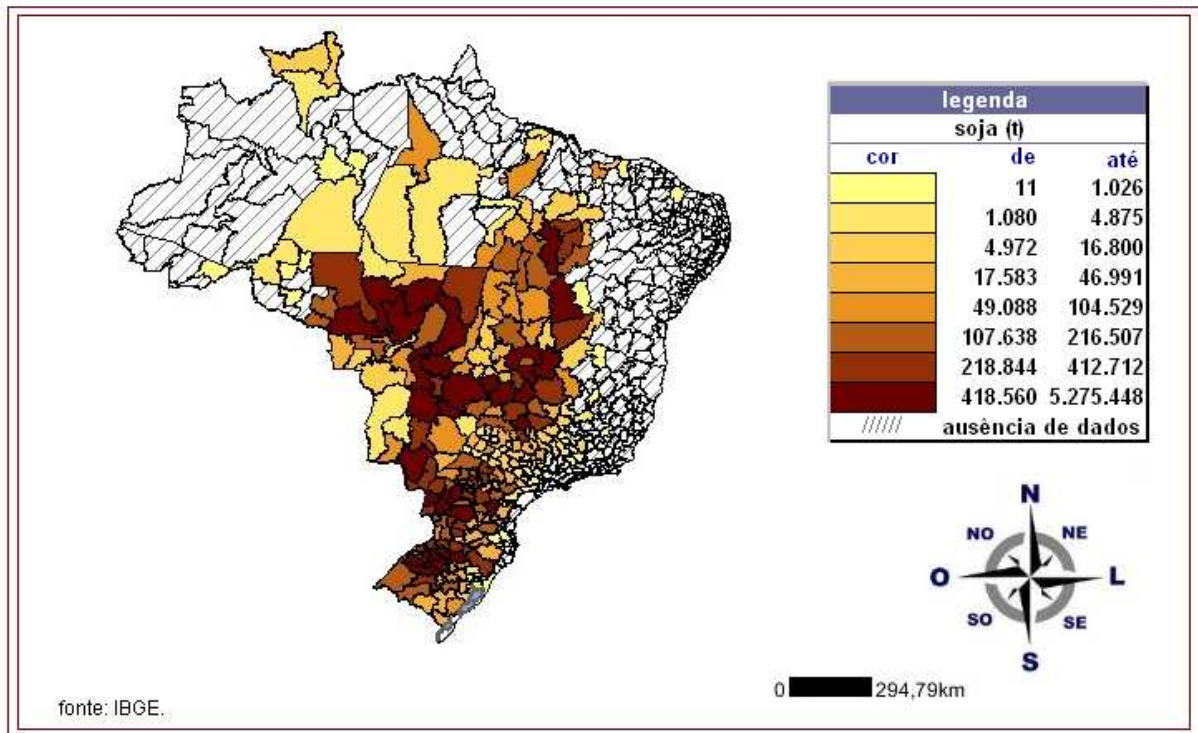
¹ Arroyo, Mónica. **Território nacional e mercado externo**: uma leitura do Brasil na virada do século XX. 2001. 250 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

_____. Fluidez e porosidade do território brasileiro no contexto da integração continental. In: SILVEIRA, M. L. (Org.). **Continente em chamadas**: globalização e território na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 211-242.

comercialização internacional e sair do circuito (Santos, 2000).

Analisando a produção de soja por microrregiões, observamos que, apesar de ocupar a maior área plantada do Brasil, sua presença no território é relativamente restrita às ditas regiões competitivas. Planta-se soja em toda a região Sul e na região Centro-Oeste, assim como em parte do Sudeste, Nordeste e Norte, sempre em áreas contíguas ao Centro-Oeste.

Mapa 1.2 – Produção de soja no Brasil, por microrregião – 2006

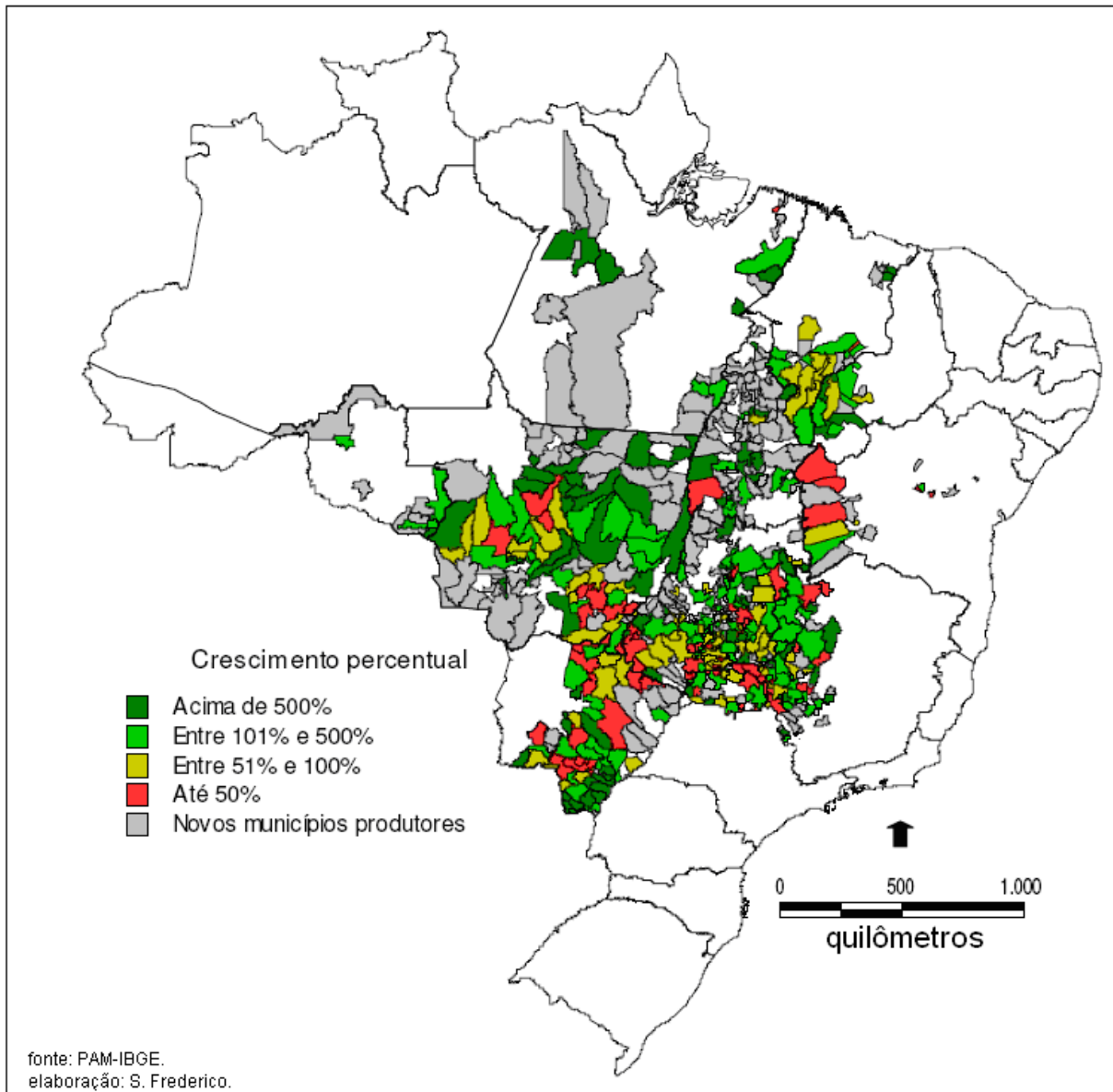


As áreas tradicionais, mais antigas, da produção de soja no Brasil são as das porções noroeste dos estados do Rio Grande do Sul e do Paraná; são os considerados *belts*, regiões caracterizadas pela convivência e pela relação da produção agrícola moderna com outras atividades econômicas. São áreas de produção científica e globalizada, mas com relações de um nível mais complexo, onde, de modo geral, não há espaço para a expansão da produção, ao mesmo tempo em que é maior a organização dos produtores em cooperativas (CASTILLO; FREDERICO, 2009).

Por outro lado, assim que são dotadas de sistemas logísticos, as áreas de *front* agrícola passam a ser extremamente favoráveis à implantação desse tipo de agricultura, porquanto receptivas a políticas das grandes empresas (FREDERICO, 2009). Como podemos observar no mapa 1.3, a área dos *fronts* da soja corresponde a uma porção do bioma cerrado, caracterizado por uma baixa densidade técnica, com poucas rugosidades, áreas com boa

fertilidade mecânica e baixa fertilidade química.

Mapa 1.3 – Crescimento percentual da área plantada de soja e incorporação de novos municípios aos *fronts* agrícolas entre 2001 e 2005



De um lado, as características edafo-climáticas e a topografia e, de outro, a grande concentração fundiária, a urbanização especializada e dispersa, a baixa densidade em infraestruturas, a distância em relação aos centros dinâmicos de consumo do mercado interno e aos portos exportadores e um vasto estoque de terras ainda a ser ocupado pelo agronegócio criaram possibilidades inéditas para a atuação de grandes empresas (CASTILLO; FREDERICO, 2009, p. 10).

Associadas, essas características facilitam a aceitação e a subordinação dos produtores e dos municípios à política das *tradings*, já que não há grandes alternativas econômicas para essas regiões. No entanto, apesar do crescimento econômico que promove, essa

especialização resulta na paulatina expulsão dos pequenos proprietários, que não são incorporados a esse circuito produtivo extremamente especializado, além de tornar esses lugares reféns dos preços do mercado internacional da soja.

CAPÍTULO 2

O QUADRO DA PRODUÇÃO DE MILHO

O milho é um dos principais produtos da agricultura brasileira, e sua produção atende principalmente ao mercado interno – agroindústria, agropecuária, indústria alimentícia e consumo direto.

A origem de seu cultivo é controversa, e sua produção hoje é bem dividida entre patronal e familiar. Está presente em todas as regiões do Brasil e é produzido em duas safras, a de verão (primeira safra) e a de inverno (segunda safra, ou safrinha).

Sua produção no Brasil se caracteriza por certa dualidade: a primeira e a segunda safras, a agricultura patronal e a familiar, grandes e pequenas unidades produtoras, unidades e regiões especializadas em venda e unidades divididas entre venda e consumo.

2.1 Histórico da produção de milho no Brasil

Estudos biogeográficos apontam que, assim como a soja, o milho também se originou de uma gramínea – no caso, o teosinto –, e seu desenvolvimento denota sua incapacidade de sobrevivência e dispersão em condições “naturais”, já que seus grãos não são adaptados a uma nem a outra. Isso reforça a teoria de que a seleção genética desde sua origem, há cerca de 7.000 anos (5000 a.C.) no Sul da América do Norte, está associada à agricultura.

As espécies brasileiras têm duas origens genéticas distintas: uma numa região restrita ao atual estado de Minas Gerais, em torno do município de Januária, que data de 570 anos, e outra, mais comum, derivada de variante genética peruana, de aproximadamente mil anos. Assim, a origem desse cultivo no Brasil estaria associada à dispersão territorial e cultural das tribos Tupi por vastas porções do que viria a ser o território nacional.

É interessante notar que a época e a região abrangida por esse complexo [genético] mais raro coincide com a provável expansão indígena Tupi, a qual acredita-se ter ocorrido a partir da região central do Brasil para o litoral atlântico, colonizando e dominando culturalmente toda a costa leste sul-americana (FREITAS, 2002, p.16).

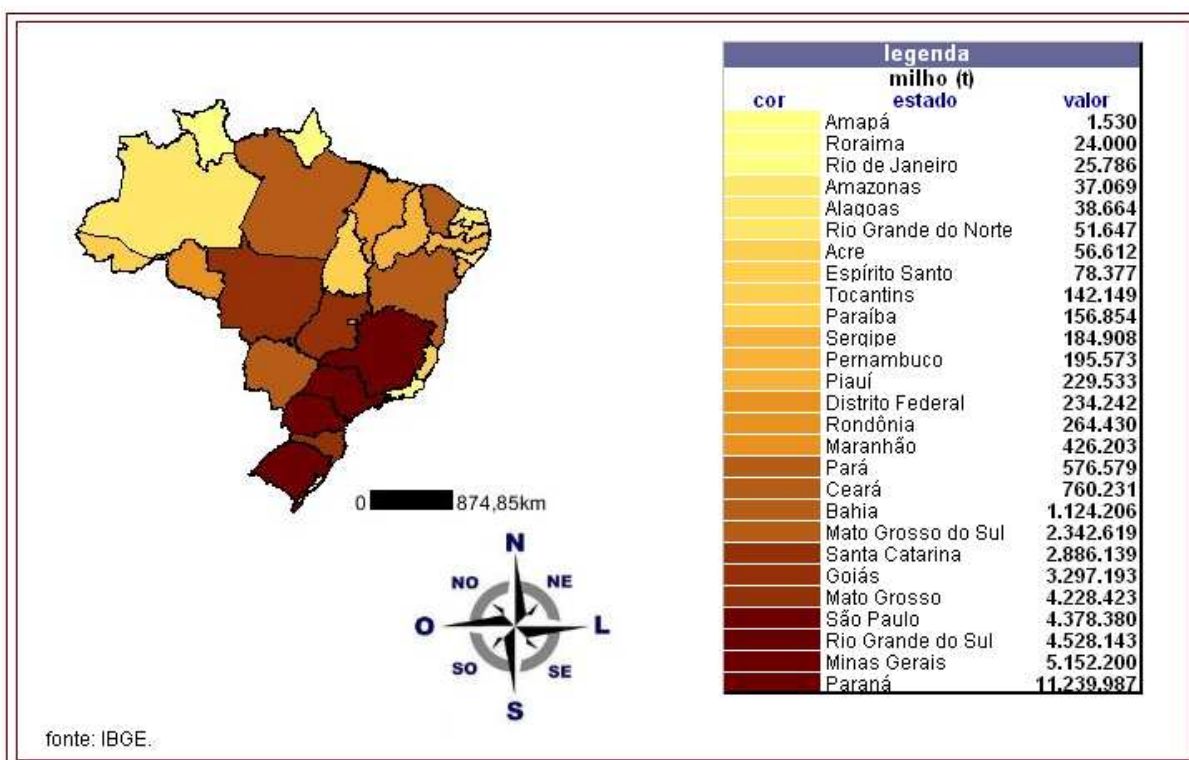
2.2 A produção de milho no Brasil

O milho está presente em todo o território nacional. Em 2009, foram produzidas ao todo 47 milhões de toneladas – 65% na primeira safra e 35% na segunda. O milho está entre os produtos mais difundidos no país, tanto por sua produção quanto por seu consumo.

No Brasil, essa cultura divide-se quase igualmente entre a agricultura patronal e a familiar. Grandes e pequenas propriedades participam desse cultivo, que se dá em unidades competitivas, com produção especializada para venda, e unidades divididas entre venda e consumo.

Segundo o IBGE, produz-se milho em todos os estados e em praticamente todas as microrregiões, exceto nas de Itapeçerica da Serra, Santos e Osasco. As maiores produções estão no Centro-Sul (regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste), onde se concentram os oito maiores estados produtores, liderados pelo Paraná, que produz duas vezes mais que o segundo colocado, tanto na primeira quanto na segunda safra. Minas Gerais e Rio Grande do Sul secundam o Paraná como maiores produtores de primeira safra, ao passo que Mato Grosso tem a maior produção de segunda safra.

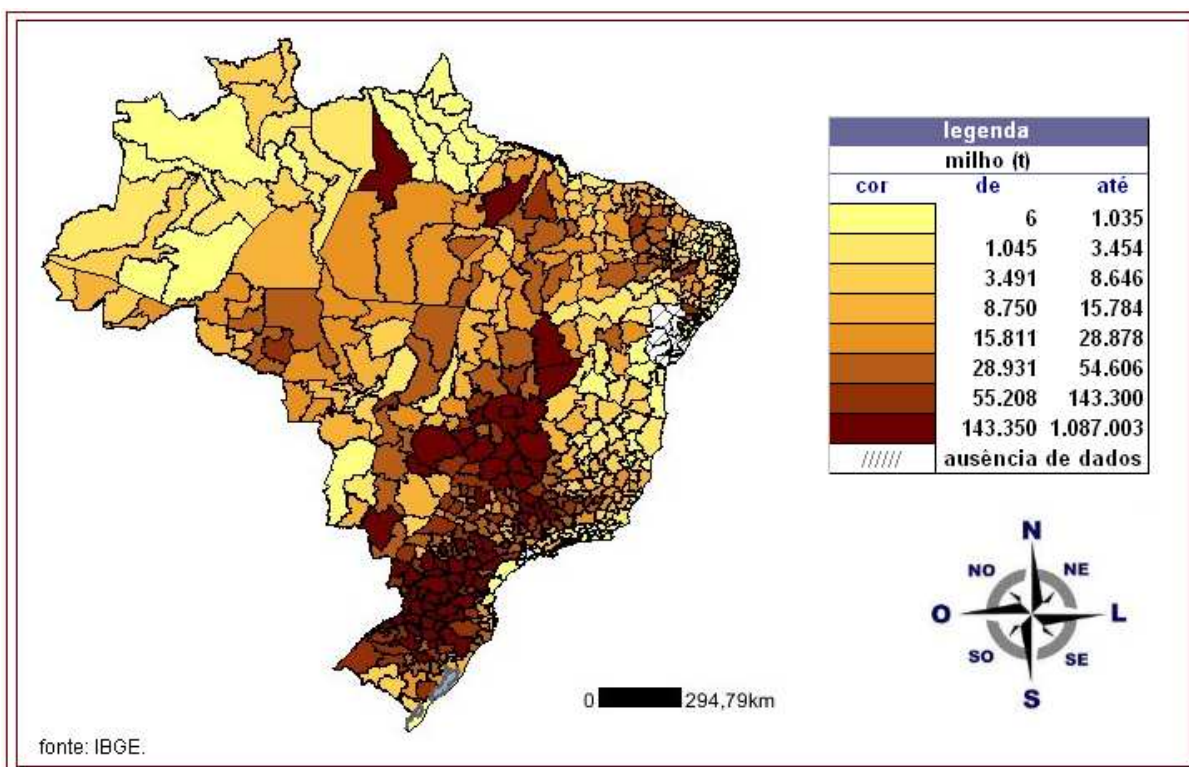
Mapa 2.1 – Produção de milho no Brasil, por estado – 2006



Por suas características produtivas, a lavoura do milho é boa cultura de interstício, sobretudo para áreas com disponibilidade de água no inverno e produções que contam com desenvolvimento de tecnologia de sementes mais adaptadas às condições dessa estação. Ou seja, as áreas que em geral têm grande produção na safrinha dispõem de boa tecnologia de irrigação e de insumos produtivos.

Diferentemente da soja, o milho, no mapa 2.2, revela ampla presença no território, excetuando-se apenas, como vimos, a região metropolitana de São Paulo. Como podemos observar no mapa de primeira safra, os estados da região Sul, São Paulo, Minas Gerais, Goiás e o oeste da Bahia formam um contínuo de grandes produções, destacando-se ainda a produção nas porções nordeste e noroeste do Pará.

Mapa 2.2 – Produção de milho (1ª safra) no Brasil, por microrregião – 2006

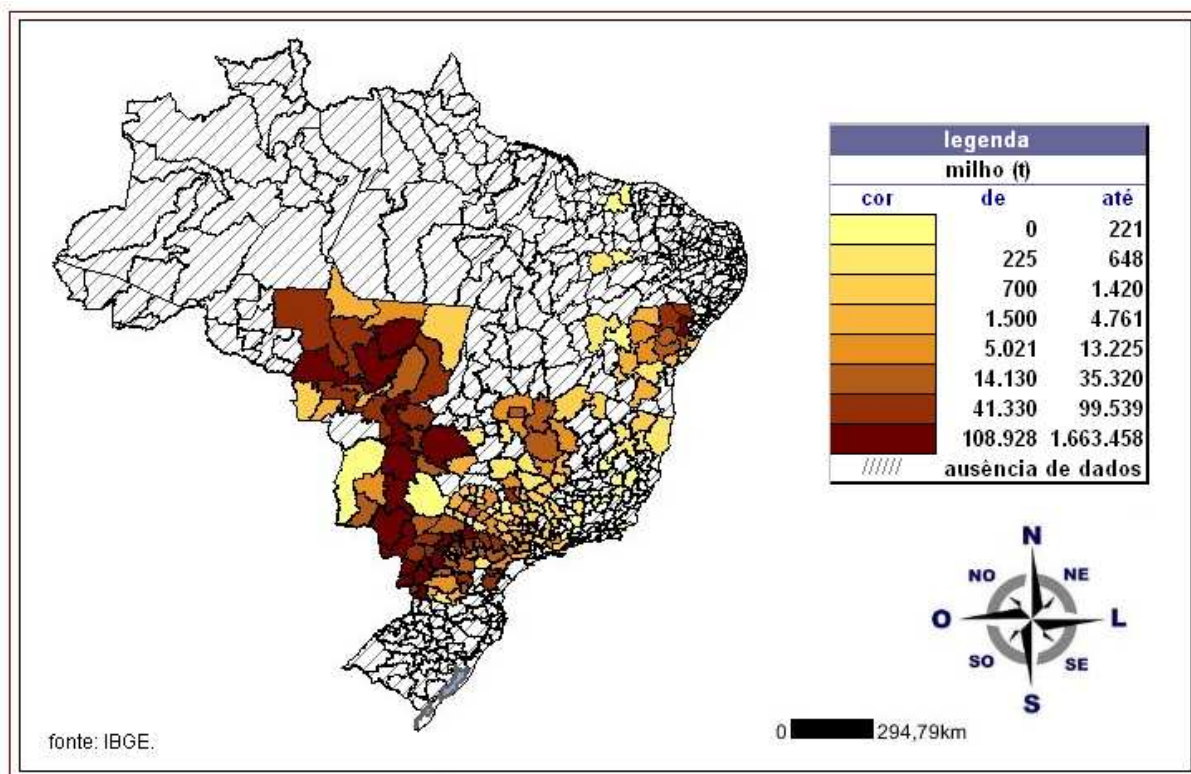


Hoje, a produção de milho tem importante parcela da segunda safra (35%), sobretudo no interstício da soja. Como vemos no mapa, a região Centro-Oeste e o noroeste do Paraná se sobressaem na produção dessa cultura de inverno, assim como também o nordeste da Bahia, onde não há produção de milho de primeira safra.

O nordeste baiano tem grande produção de milho na segunda safra, em função de suas

condições específicas como clima favorável, com maior disponibilidade pluviométrica no inverno, e concentração de agricultura familiar, com grande apoio técnico.

Mapa 2.3 – Produção de milho (2ª safra) no Brasil, por microrregião – 2006



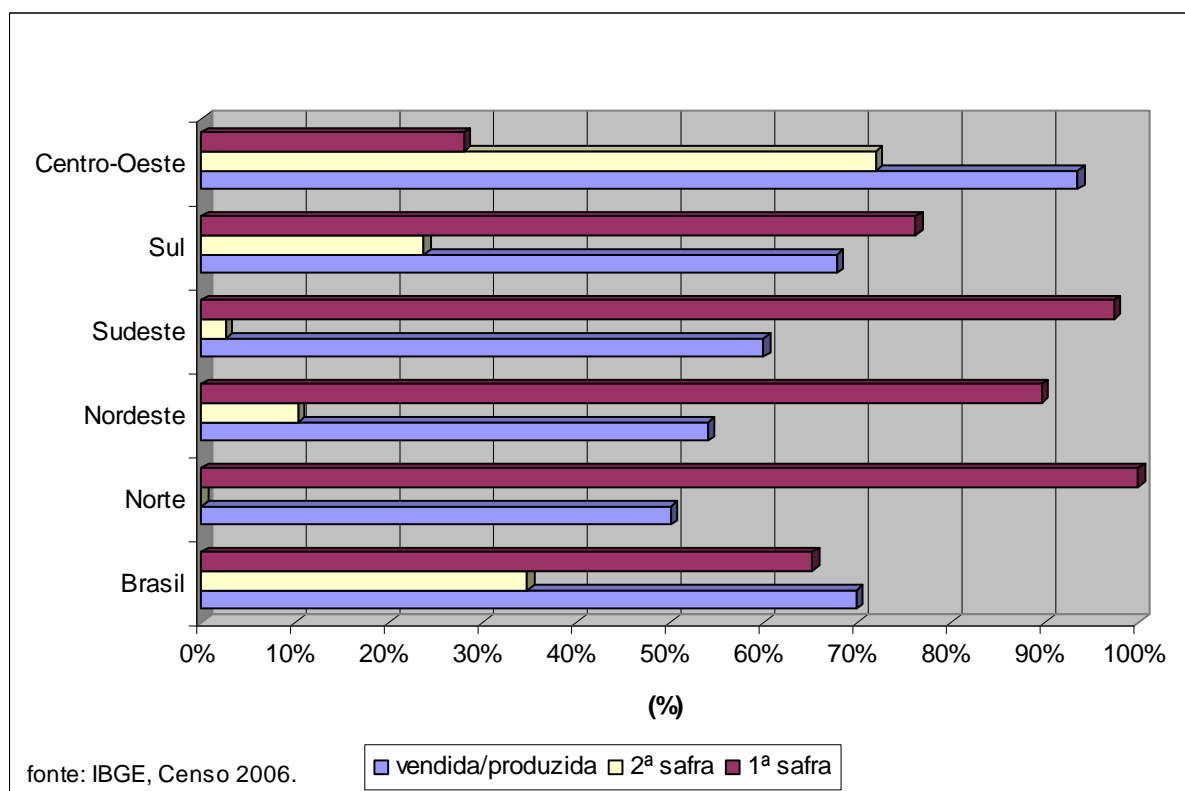
A produção de segunda safra tem destaque no *belt* da soja no noroeste paranaense e nas áreas de *front* agrícola no eixo das BR-158 e BR-163, concentradas no Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul. Assim como sua produção de soja, essas áreas contam com grande aplicação de capital na produção do milho, em unidades maiores de produção, especializadas em venda.

De acordo com um estudo da Embrapa (2006) sobre a economia do milho, o rendimento e o nível da tecnologia utilizadas em sua segunda safra nessas regiões especializadas depende da época de plantio: quando o milho é plantado mais cedo, a aplicação de insumos é similar à da safra da soja; quando, por algum motivo, seu plantio é feito mais tarde, o produtor contém a aplicação de insumos para reduzir o risco do investimento (secas, geadas ou frio excessivo).

O Centro-Oeste e o Sul são as regiões que mais produzem milho para venda e também com maior produção de segunda safra. Essa especialidade revela o intenso uso de técnicas agrícolas modernas, apesar das possíveis dificuldades do cultivo de segunda safra.

Nas regiões Norte e Nordeste, se concentram as produções cujo consumo interno às propriedades é maior. Mais da metade da produção do Norte e pouco menos da metade da do Nordeste são utilizadas dentro das próprias unidades produtoras, relevando o caráter diversificado da produção agropecuária nesses estabelecimentos produtores de milho.

Gráfico 2.1 – Quantidade vendida/produzida (1ª e 2ª safras) no Brasil, por região – 2006



2.3 O tamanho das propriedades e a composição da agricultura familiar e patronal

O milho é o terceiro produto da agricultura patronal, e, embora sua área seja menor que a da agricultura familiar, sua produção é maior, assim como o rendimento financeiro e o rendimento bruto, o que indica maior aptidão produtiva – ou competitividade – das unidades patronais em relação às familiares.

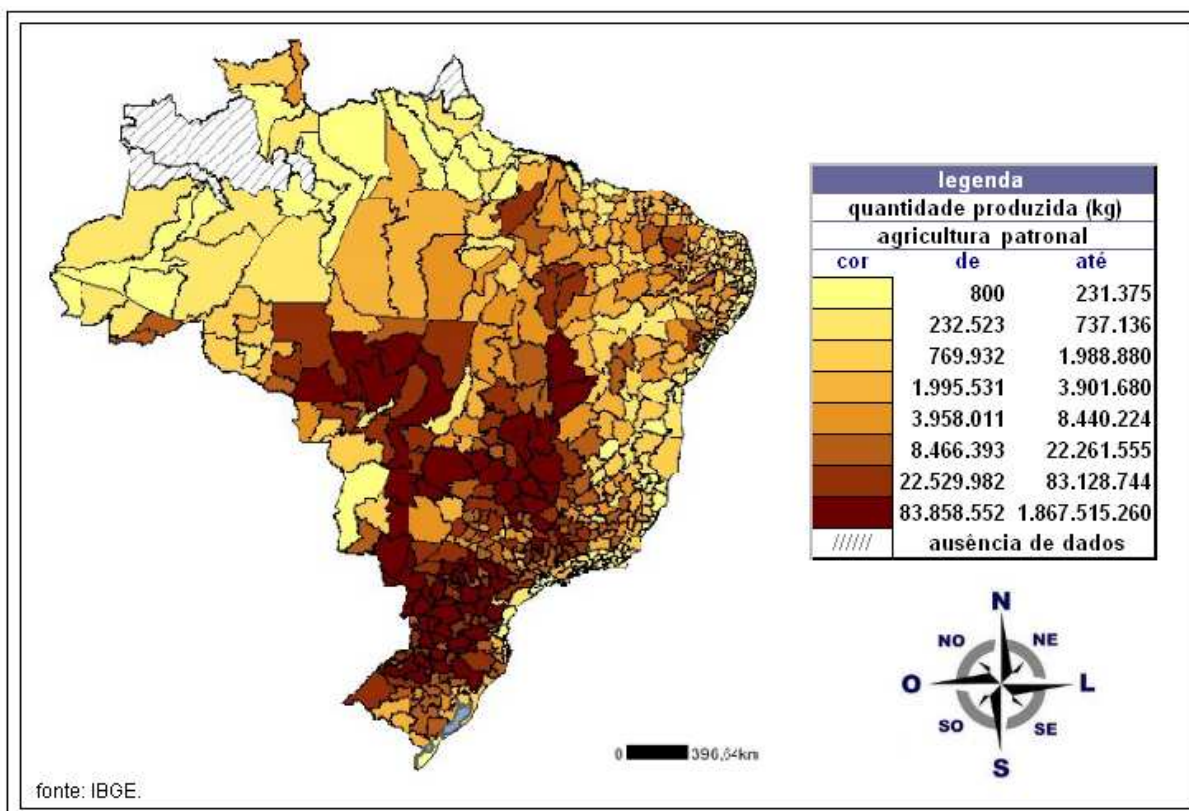
Tabela 2.1 – Produção patronal no Brasil – principais culturas – 2006

	área plantada (ha)	valor da produção (mil reais)
soja	12.939.342	34.308.188
cana-de-açúcar	8.783.426	23.960.835
milho	5.312.225	6.017.976

fonte: IBGE, Censo 2006.

Conforme o mapa 2.4, há produção patronal de milho em quase todo o território nacional, concentrando-se as unidades de maior produção em áreas tradicionais no cultivo do milho (como a região Sul) e nas áreas consideradas de *front* agrícola (principalmente no Centro-Oeste), onde predominam as produções de segunda safra.

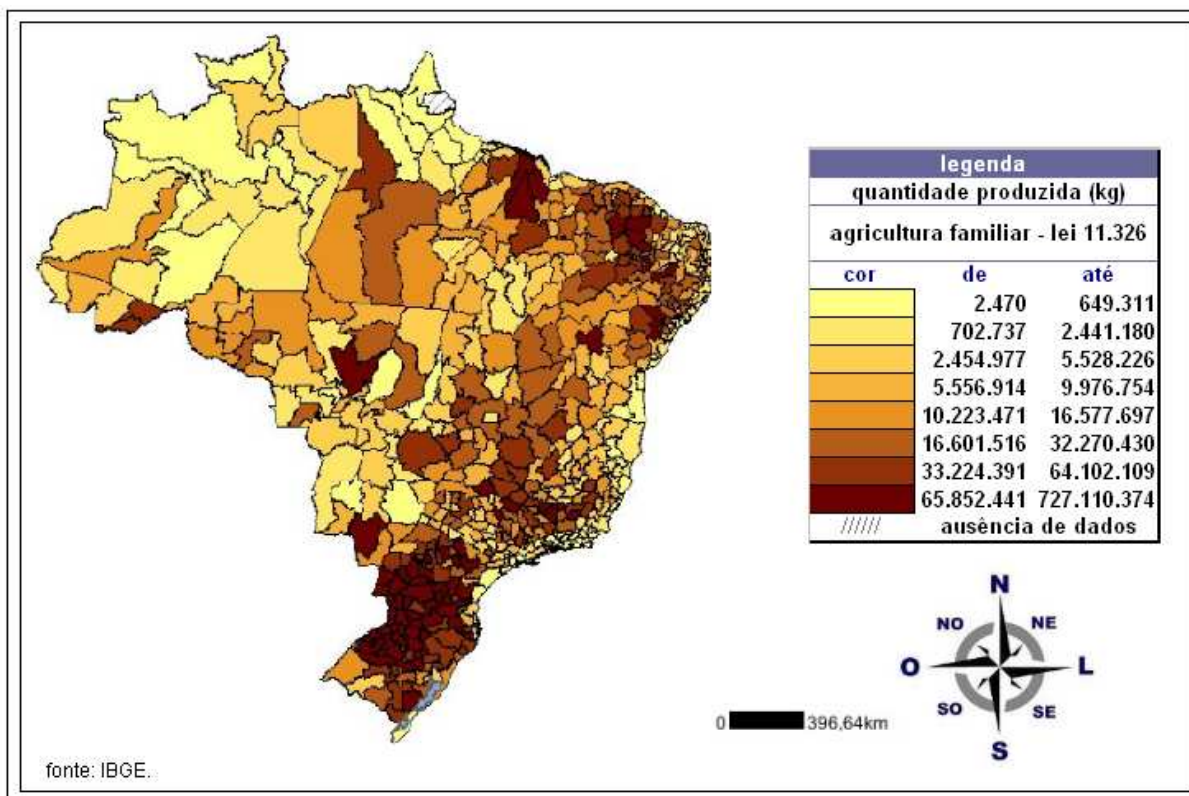
Mapa 2.4 – Produção patronal de milho no Brasil, por microrregião – 2006



As unidades familiares produtoras de milho também estão por todo o território brasileiro, exceto nas microrregiões do Amapá, de Osasco, Franco da Rocha, Itapeperica da

Serra e Santos. As maiores produções familiares estão na região Sul – Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina –, seguida por Minas Gerais, Ceará e São Paulo.

Mapa 2.5 – Produção familiar de milho no Brasil, por microrregião – 2006



O tamanho médio das propriedades patronais produtoras de milho é de 22,6 hectares, mais de seis vezes maior que o tamanho médio das unidades familiares, de 3,5 hectares, embora essa dimensão seja pequena para a agricultura patronal, relativamente a outras culturas.

Mesmo com produção e produtividade menores que a patronal, o milho é o principal produto da agricultura familiar no Brasil; há aproximadamente um 1,8 milhão de estabelecimentos, com 3,5 hectares em média, que produzem quase 20 milhões de toneladas em grão, com valor de mais de R\$ 5 bilhões, em 6,4 milhões de hectares.

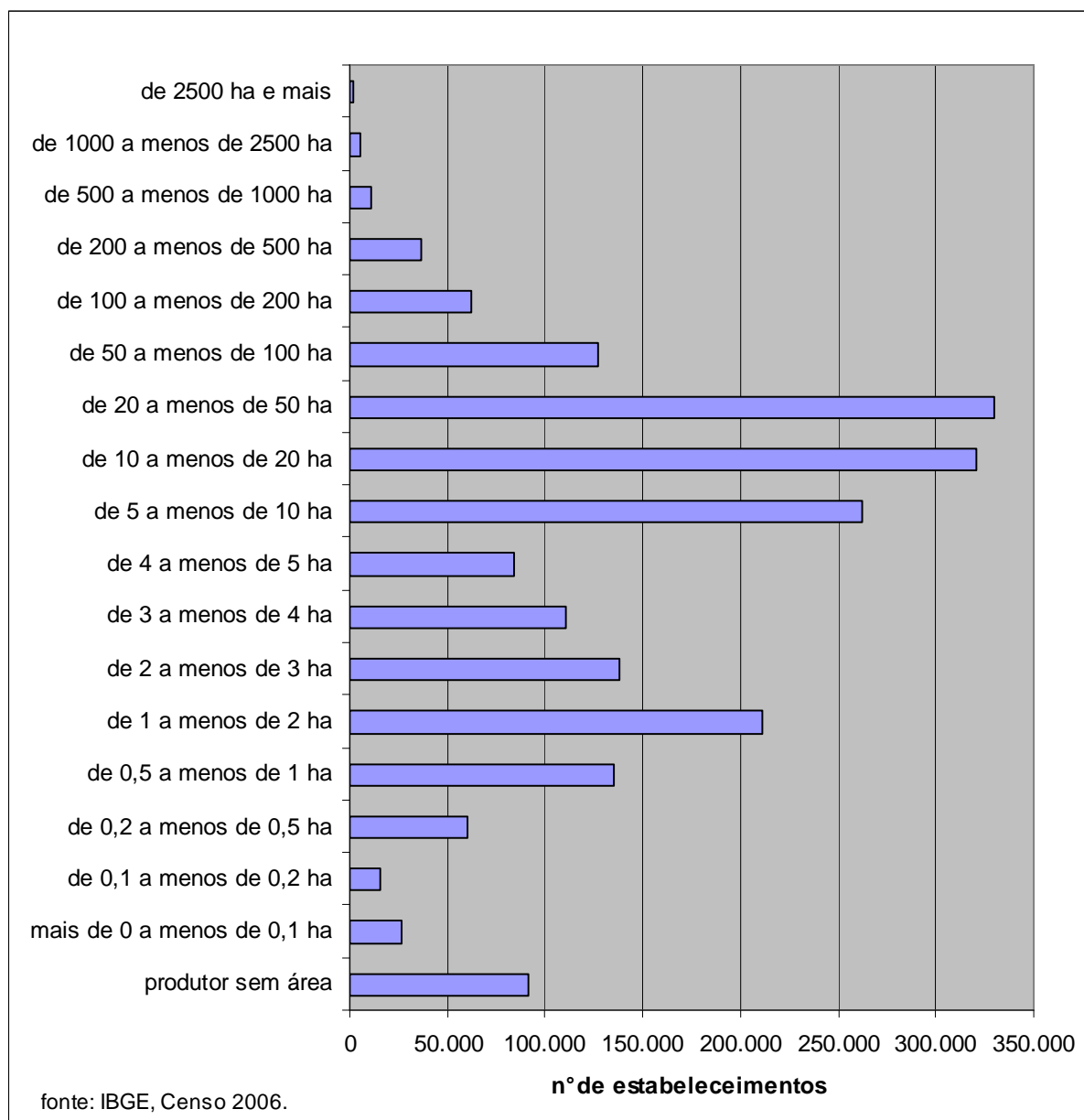
Tabela 2.2 – Produção de milho no Brasil por estabelecimento, familiar e patronal – 2 006

	familiar	patronal
estabelecimentos	1.795.248	234.874
quantidade produzida (t)	19.424.085	22.857.714
área colhida (ha)	6.412.137	5.312.225
valor da produção	5.344.665.578	6.017.976.565
rendimento t/ha	3,03	4,30
rendimento R\$/ha	834	1.133
área média dos estabelecimentos (ha)	3,57	22,62

fonte: IBGE, 2006.

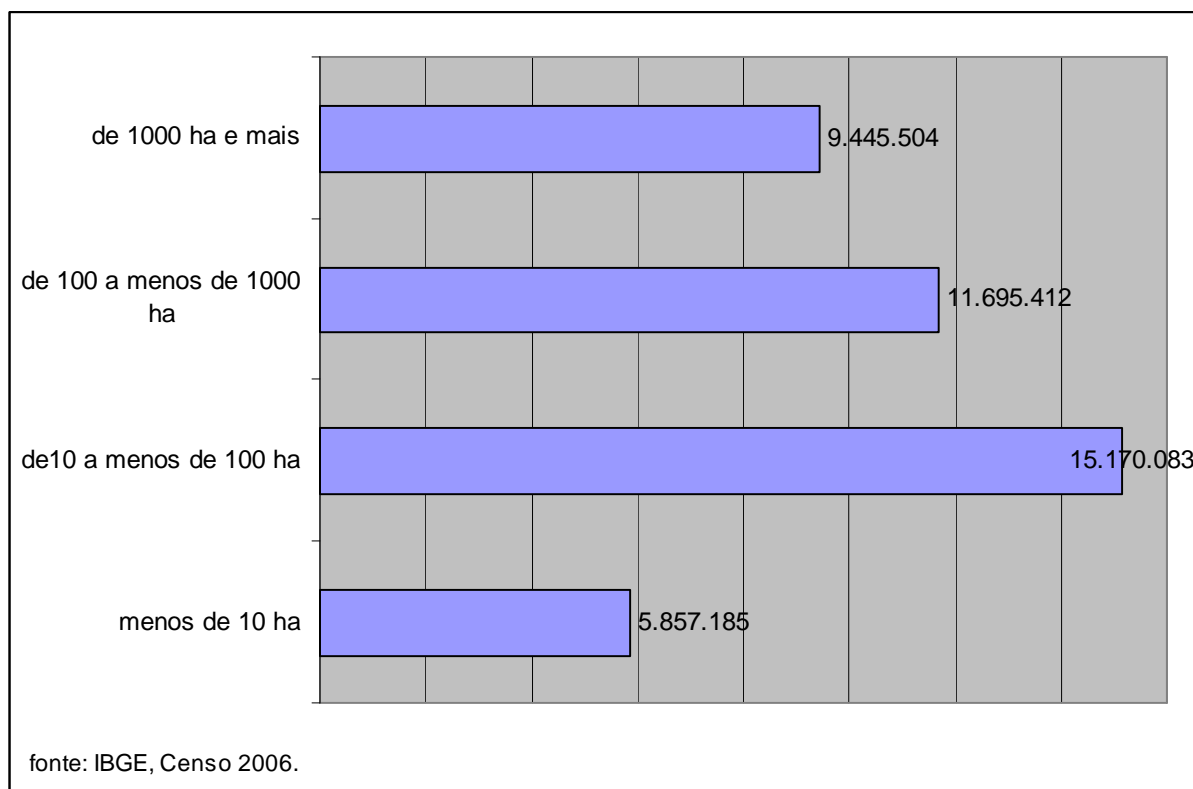
Relacionando o número de estabelecimentos ao tamanho das propriedades produtoras de milho observamos duas dispersões claras, no gráfico 2.2: uma com propriedades de até 5 hectares e outra com propriedades de 10 a 100 hectares, o que corresponde aproximadamente às já referidas médias de 3,5 hectares da agricultura familiar e 22,6 hectares da agricultura patronal.

Gráfico 2.2 – Produção de milho no Brasil – número de estabelecimentos por área – 2006



No Brasil, 1,1 milhão (56% do total) de estabelecimentos produtores de milho tem área inferior a 10 hectares, mas o conjunto de sua produção corresponde a 14% do total. Os estabelecimentos de áreas médias (de 10 a 100 hectares) respondem por 36% da produção, seguidos pelos de áreas maiores (de 100 a 1.000 hectares), que produzem 28% do total e pelos de mais de 1.000 hectares, que produzem 22%.

Gráfico 2.3 – Produção de milho no Brasil – toneladas por área – 2006



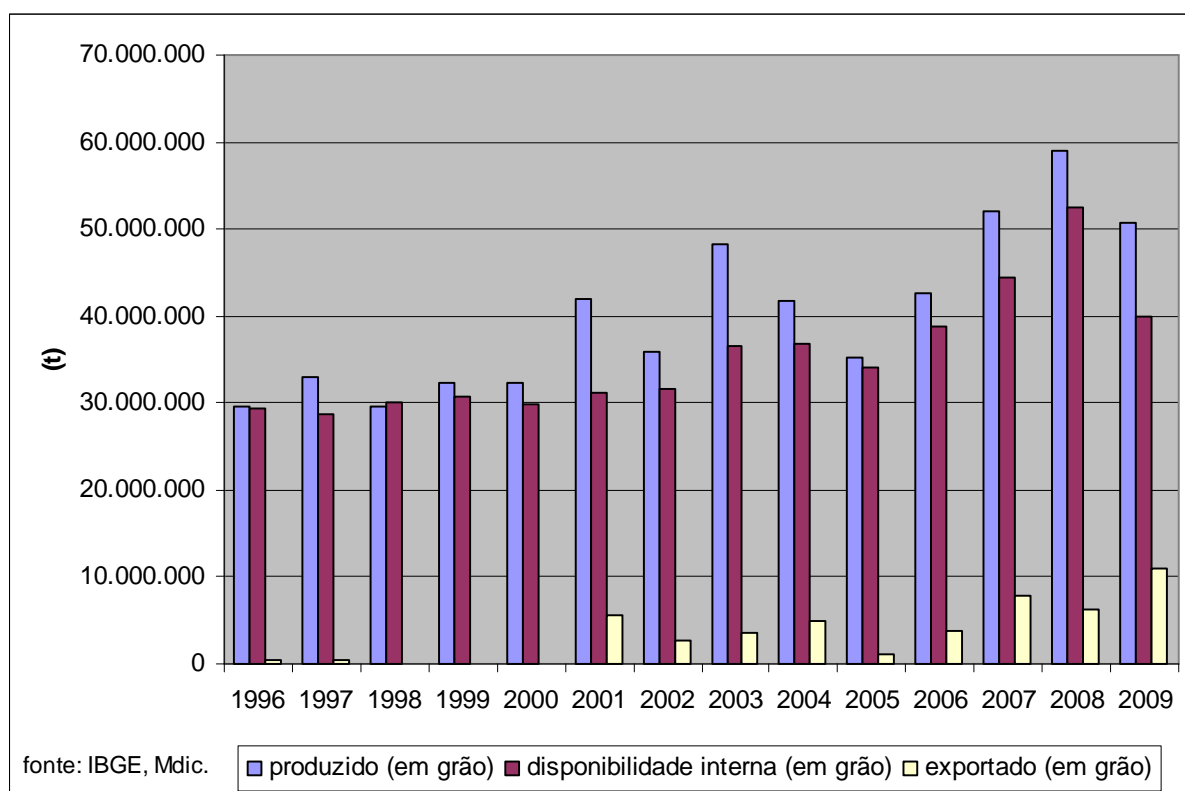
2.4 Relação entre produção e consumo interno de milho

Os destinos do milho são bastante diversos, sendo os mais representativos em quantidade o uso animal direto, o uso humano direto de preparo caseiro, a indústria de rações, a indústria de alimentos como produtos finais e intermediários (canjica, sêmola, farelo), o xarope de glucose, amidos alimentícios, amidos industriais, adesivos etc.

Em 2002, os principais consumidores foram a avicultura e a suinocultura, a que se destinaram quase 60% da produção total, a pecuária bovina e de outros animais, com 12%, o consumo industrial, com 11%, e o consumo humano direto, com 4%.

A produção de milho abastece sobretudo o mercado interno, como vemos no gráfico 2.3. Entre 1996 e 2000, praticamente não se exportou milho e, em 1998, o consumo interno em grão foi superior à produção e houve a maior importação, além da diminuição dos estoques. A partir de 2001, com o aumento da produção, passa-se a exportar milho em grão.

Gráfico 2.4 – Quantidade produzida e disponibilidade interna de milho em grão (t) no Brasil – 1996-2006



A importância do mercado interno do milho se revela também na pequena exportação de derivados e na regulação dos estoques. Segundo o MDIC, nos últimos dez anos, as exportações de derivados representam, em dólares, menos de 1% das exportações de milho, e os estoques, em geral, de 5 a 10% do total produzido.

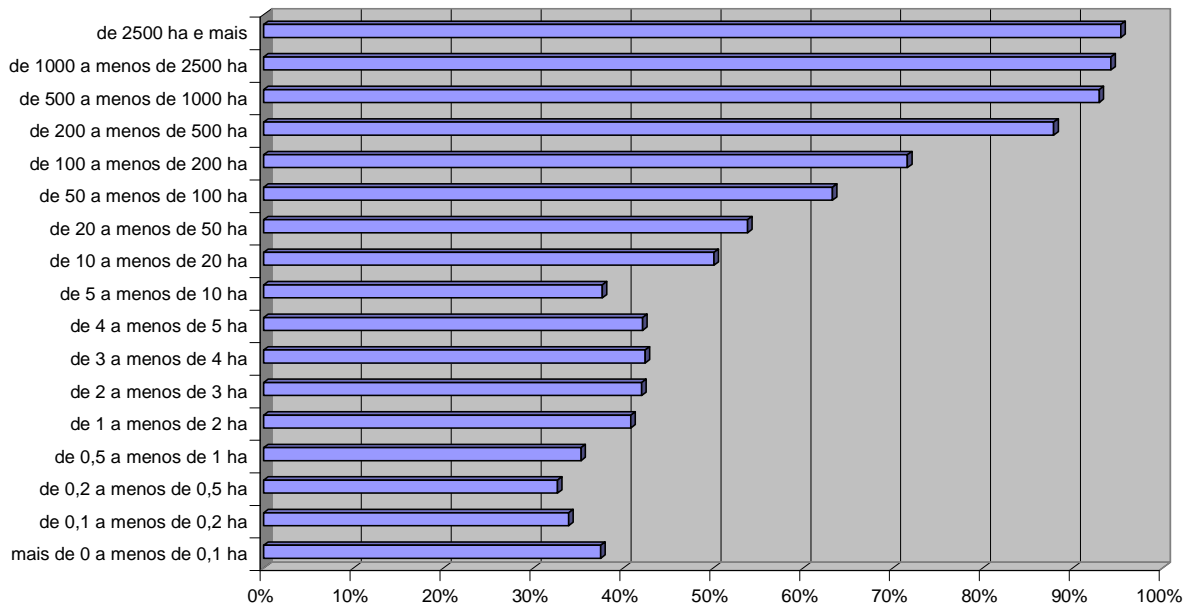
A regulação de estoques é feita pelo próprio governo, por meio da AGF, de responsabilidade da Conab, cujo objetivo é atuar no mercado agrícola interno para garantir a disponibilidade dos produtos, assim como os preços mínimos ao produtor. Isso significa controlar os estoques de produtos agrícolas – atualmente, o milho corresponde a 68% dos estoques da Conab – para garantir a oferta e o preço dos produtos ao longo de todo o ano.

Nos últimos anos, vigora o PAA – uma articulação entre a Conab, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, e o Ministério do Desenvolvimento Social –, que visa garantir o preço justo aos pequenos produtores da agricultura familiar e atender a demanda das pessoas em situação de *insegurança alimentar*.

Outro dado que nos mostra a importância do milho para o mercado interno e reforça a dualidade de sua produção é a relação entre a quantidade vendida e a quantidade produzida: em propriedades de até 20 hectares, a maior parte da produção serve antes ao consumo interno

ou a outras formas de comércio do que propriamente à venda, ao passo que nas grandes fazendas quase toda a produção é vendida. A tendência é que, conforme aumenta a área, aumenta também a proporção da produção destinada à venda.

Gráfico 2.5 – Quantidade de milho vendida/produzida pelos estabelecimentos no Brasil, por grupos de área – 2006



fonte: IBGE, Censo 2006.

Isso demonstra que pequenas propriedades têm produção mais diversificada, com consumo agropecuário na própria unidade produtora. Ao mesmo tempo, as grandes propriedades são especializadas na produção para comercialização, vendendo praticamente tudo o que produzem.

CAPÍTULO 3

A QUESTÃO AGRÁRIA E A PRODUÇÃO AGRÍCOLA

3.1 Histórico da composição fundiária e da produção agrícola no Brasil

São muitas as variáveis que compõem o atual quadro da agricultura brasileira, consideradas desde as origens de sua formação fundiária e todas as mudanças e adequações por que passou ao longo da história do país. Conforme seu enfoque, cada autor que analisa a história fundiária e a da produção agrícola brasileira o faz segundo diferentes periodizações.

Oliveira (2001) parte da invasão colonial portuguesa e afirma que os povos indígenas sofreram um “etno/genocídio histórico”, atribuindo a esse conflito “características nacionais *versus* internacionais”. Simultaneamente, acontece a luta “dos escravos negros contra os senhores rentistas”, de onde surgiram os quilombos.

Seguindo, aponta a luta constante dos posseiros contra os latifundiários especuladores e grileiros e destaca os conhecidos episódios de Canudos (1896), Contestado (1913), Trombas e Formoso (1950). Mais recentemente, lembra as lutas das Ligas Camponesas nas décadas de 1950 e 60, que a partir do Nordeste ganharam repercussão nacional e que tiveram muitas de suas lideranças mortas. Nos anos 1970 e 80, continuou aumentando o número de assassinatos de lideranças de pequenos produtores agrícolas.

O que importa notar no argumento de Oliveira (2001) é o caráter genocida da repressão às várias formas de diversificação da estrutura fundiária brasileira e da produção independente dos grandes circuitos econômicos que perpassaram a história do Brasil.

Para o autor, esse fenômeno está diretamente associado ao valor da terra no Brasil.

Muito mais do que reserva de valor, [a terra] é reserva patrimonial. [...] Mais do que isso, essa terra improdutiva é retida com a finalidade de constituir instrumento a partir do qual se vai ter acesso por parte, evidentemente, das elites às políticas do Estado (Oliveira, 2001, p. 199).

Ou seja, a história fundiária brasileira não tem relação apenas com a economia agrícola, mas sobretudo com as práticas de perpetuação da elite fundiária no controle político e econômico das terras no Brasil.

A concentração fundiária e os vários mecanismos de perpetuação dessa estrutura são antigos. A Lei de Terras, que data do Império (1850), foi a primeira tentativa de cadastro fundiário no país. Ela obrigava a revalidação das sesmarias e da legitimação das posses, com o intuito de definir as terras devolutas, aquelas de propriedade do Império. No entanto, havia resistência por parte dos proprietários, que por ser membros da elite política local, não viam riscos na lei e estavam seguros de sua impunidade. Dessa maneira, desde o Império, prevaleceram os interesses dos proprietários sobre os do Estado (Monteiro, 2002).

Com uma abordagem econômica desse conflito, Geraldo Müller (1989) analisa os 100 anos de República e, a partir de Kautsky, acredita que “o capital se apodera da agricultura, inicialmente pelas vias de circulação e, posteriormente, revolucionando seu modo de produzir” (p. 114). Assim, pela estrutura fundiária herdada do período colonial e do Império, baseada na dicotomia latifúndio-minifúndio, o desenvolvimento industrial brasileiro altera o padrão de acumulação de capital e passa a dar novos parâmetros a sua produção agrícola.

O período industrial de 1920-30 a 1955-60 caracteriza-se pela diversificação do investimento e pela transição para uma economia industrial que se completaria por volta de meados dos anos 1950. Tem-se, então, um sistema econômico dominado pelo capital industrial, tanto em termos de acumulação como de contribuição para o crescimento do PIB (Müller, 1989, p. 116).

Conseqüentemente, alteraram-se os padrões de demanda interna dos produtos da agricultura, assim como as políticas de controle cambial que favoreciam a exportação de produtos agrícolas para novas políticas, que facilitaram a importação de bens de produção industriais, ao mesmo tempo em que se constituíram novos insumos industriais para a agricultura – inicialmente, maquinário e pequena produção de fertilizantes químicos.

Segundo Müller (1989), o binômio latifúndio-minifúndio se constituía sobre a seguinte base econômica: quando da queda do preço internacional de seu produto, a grande agricultura, alicerçada na exportação monocultora, cortava custos justamente na mão de obra proveniente desses minifúndios.

Até meados da década de 1950, havia um “pacto das elites” que assegurava a convivência entre esse modelo agrícola extensivo e a economia industrial crescente. Com a diversificação da economia, havia a pressão da demanda urbana por alimentos e da industrial por insumos, de modo que a nova economia não poderia mais viver do excedente da produção agrícola.

O contexto impunha a necessidade de se modernizar a agricultura, e Caio Prado Jr. propôs que essa modernização passasse por uma reforma agrária que transformasse a estrutura fundiária brasileira – aliás, tal como foi feita nos EUA –, o que, segundo Müller (1989), teria pressionado as empresas agrícolas a se modernizarem também, posto que já não haveria mais mão de obra barata à disposição.

Era a época das lutas das Ligas Camponesas e, articulada à proposta de Caio Prado Jr., a organização social nascente traria a possibilidade de se modernizarem a economia agrícola e as relações sociais no campo brasileiro. Assim, além de apontar um caminho econômico, essa proposta era uma alternativa civilizatória para o país.

Em termos mais amplos, em 1960, a industrialização é uma realidade insofismável, e as forças burguesas agroexportadoras estão encurraladas (perderam a luta pela reforma cambial e a luta pela liberação dos preços agrícolas internos). Nessa situação, os produtores modernos juntam-se aos industriais e propugnam uma reforma agrária sem reforma fundiária, mas através do aumento de produtividade (Müller, 1898, p. 119).

Sobre esse momento, Oliveira (2001) afirma que, com a criação da Contag e da Supra, do governo João Goulart, aumenta a organização – e, portanto, também a força – das Ligas Camponesas.

Nesse contexto, instaura-se a ditadura militar, que se encarrega dessa modernização conservadora do campo. Ao lado das medidas político-econômicas que privilegiam a concentração fundiária, há também a violenta repressão à organização civil dos pequenos agricultores:

Os militares extinguiram a Supra e criaram o Instituto Brasileiro da Reforma Agrária (Ibra), mas Reforma Agrária, nunca fizeram, mesmo depois de promulgarem o Estatuto da Terra, em novembro de 1964. [...] entre 1964 e 1971, a maior parte das mortes ocorreram na região Nordeste, na intenção dos latifundiários de frear, pela violência, os ideais semeados pelas Ligas Camponesas (Oliveira, 2001, p. 191).

Sobre a ação do estado nesse período, diz Caio Prado Jr.:

No entanto, todos os esforços e estímulos oficiais foram para outras zonas do Estado, favorecendo grandes proprietários e pessoas completamente estranhas à agricultura (comerciantes, industriais, até mesmo profissionais liberais: médicos, engenheiros, advogados...) que, animados pelos grandes lucros em perspectiva, e que de fato se verificaram, entraram nesse novo e grande negócio da triticultura que lhes era proporcionado. Os modestos e tradicionais triticultores e pequenos proprietários das colônias nada receberam e continuaram como dantes. A discriminação em favor da grande exploração agromercantil é nesta instância flagrante e dá bem a mostra do caráter dominante da economia brasileira, fundada essencialmente naquele tipo de exploração e operando sempre em função e benefício dela (Prado Jr., 1979, apud Müller, 1989, p. 126).

O governo do Gal. Castelo Branco criou a Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964, conhecida como Estatuto da Terra, o instrumento legal da Reforma Agrária no Brasil que, no início da Nova República, na década de 1980, era já considerado letra morta. Em face da intensa pressão desde o final dos anos 1970 e início dos 80, o governo da Nova República prepara o 1º PNRA, época de que Oliveira (2001) cita uma passagem curiosa: “durante a visita que Tancredo Neves fez ao Vaticano, a única coisa que o Papa lhe pediu foi a realização da Reforma Agrária. Por esse motivo, Nelson Ribeiro, ligado à Igreja, foi o primeiro ministro da Reforma Agrária” (p. 200).

A Nova República assistiu à reorganização política dos trabalhadores, com a criação da CUT, do PT e o MST, e a CPT passa influenciar a CNBB, que logo em 1980 lança a campanha da fraternidade “Terra de Deus, terra de irmãos”. Ao mesmo tempo, voltam a acontecer os assassinatos de lideranças sociais (Oliveira, 2001).

Em 1990, no final do governo José Sarney, os resultados do 1º PNRA eram infinitamente menores que os preestabelecidos: desapropriaram-se apenas 8% das terras previstas e 10% das famílias foram assentadas. Assim, o sonho de 1,4 milhões de famílias assentadas, que havia sido anunciado em 1985, ficou reduzido a pouco mais de 140 mil (Oliveira, 2001).

Nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), a questão agrária foi agravada, com a criação de novas formas de sufocamento político e econômico da ação dos trabalhadores do campo. Entre outros fatores, Fernandes (2004) aponta a “judicialização da luta pela terra” e a conseqüente criminalização das ocupações de terra.

No plano político, o Poder Executivo nacional transferiu para o Judiciário e para as polícias militares estaduais o desgaste da repressão às ocupações, ao mesmo tempo em que, associado às grandes mídias brasileiras, promoveu sistematicamente a criminalização moral da luta pela terra.

No âmbito econômico, o governo federal estabeleceu o Banco da Terra como via formal de Reforma Agrária – por meio de um empréstimo, o trabalhador poderia adquirir terras no mercado. Essas medidas mantiveram um baixo ritmo de assentamentos rurais e, ao mesmo tempo, foi extinta a “assistência técnica e, na mudança do modelo de linha de crédito agrícola para a agricultura camponesa, prejudicou o desenvolvimento socioeconômico dos assentamentos rurais” (Fernandes, 2004, p. 18). Na época, sobre os assentamentos e a política

socioeconômica para os pequenos produtores e a possibilidade de se fixarem no campo, representantes do MST que participavam de debates públicos diziam figurativamente: “Nós colocamos de colher e eles tiram de pá.”

Assim, é importante destacar que, em diferentes períodos da história política brasileira, a ação estatal reconheceu a necessidade social de uma Reforma Agrária, mas esse reconhecimento se limitou ao plano do discurso, tendo as práticas mantido os privilégios dos grandes proprietários fundiários, fossem os da agricultura patronal, fossem os de reserva de valor especulativo e patrimonial.

Historicamente, a concentração fundiária no campo foi mantida por meio da violência e da repressão policial e, paralelamente, pelo direcionamento de investimentos para a grande produção agrícola (em geral exportadora), em detrimento da pequena produção (em geral produtora de alimentos).

Nos últimos oito anos, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva não produziu mudanças relevantes na concentração fundiária; ao contrário, manteve a média do número de assentamentos rurais da gestão anterior. Tampouco alterou a legislação que criminaliza e relega a questão ao Judiciário, privando os movimentos do campo de sua principal forma histórica de mobilização – as ocupações de terra, que são, ao mesmo tempo, pressão política e refúgio espacial para a luta.

No entanto, alterou a condição histórica de pressão econômica que forçava a saída dos pequenos agricultores do campo. Hoje, a Conab atua no sentido de garantir preços dos produtos dos pequenos agricultores e também sua distribuição a famílias em condição de “insegurança alimentar”. Ao mesmo tempo, mudou a política de créditos do Pronaf, aumentando a disponibilidade de recursos e facilitando seu acesso a agricultores mais humildes.

3.2 O problema do conceito de agricultura familiar

A ideia de agricultura familiar parte do já mencionado Estatuto da Terra, que define a:

[...] propriedade familiar: o imóvel que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhado com a ajuda de terceiros.

O acesso ao Pronaf, criado em 1995, restringia o acesso a produtores (proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros ou concessionários da Reforma Agrária) em áreas de até quatro módulos fiscais. Em documento assinado por um engenheiro agrônomo do Banco do Brasil quando da instituição do Programa, afirma-se que seu objetivo era profissionalizar a produção familiar e integrá-la à cadeia dos agronegócios.

Segundo Paulo Sandroni (1980), há três tipos de enfoque teórico da questão agrária: os que a concebem como uma necessidade de justiça social e de eliminação da miséria, e menos como um problema imediatamente político ou econômico; aqueles que acreditam numa sociedade socialista e democrática, que dão ênfase ao caráter político da questão e relegam sua face econômica; e um terceiro grupo, de “defensores, mais ou menos declarados do sistema capitalista, [que] consideram [a questão agrária] fundamentalmente em sua dimensão econômica, embora ao enfrentá-la agreguem preocupações de ordem política e de justiça social” (p. 15).

Os que adotam a visão econômica partem da ideia de que uma tendência “natural” do processo econômico determina os principais elementos do desenvolvimento da questão agrária e, sejam ou não defensores declarados do capitalismo, propõem categorias de análise associadas às condições econômicas da produção. O conceito de agricultura familiar surge nesse processo, em que os pequenos produtores em geral passaram a ser considerados a partir de sua inserção econômica.

Como discute Fernandes (2004), o conceito de agricultura familiar carrega um sentido econômico que impõe aos agricultores arrendatários, parceiros, pequenos produtores, colonos, meeiros, assentados rurais e ocupantes de terras um critério de classificação como produtores, que os coloca num grupo praticamente instado a se transformar, como se fossem agricultores pré-capitalistas.

Dessa forma, a questão para o camponês é: ou ele se metamorfoseia em agricultor familiar e se integra, ou se mantém como ele mesmo e se desintegra. Nesses referenciais, não há futuro, porque não há perspectiva de esse sujeito continuar sendo camponês. Na verdade, ele é visto como um estorvo para os que veem sua desintegração, considerando que do campesinato podem surgir o capitalista e o proletário. Igualmente, é visto como um estorvo para os que veem sua integração, porque o camponês desenvolve, também, a luta contra o capital (Fernandes, 2004, p. 27).

Fernandes (2004) retoma o termo “camponês” para definir os pequenos agricultores, partindo de sua identificação com valores e formas de produzir, ideário relacionado a sua

própria cultura e ancestralidade, e se recusa a considerá-los meros produtores agrícolas precários, carentes de se transformar em capitalistas.

Por outro enfoque, Silva (2001) afirma que não há mais administração familiar da propriedade, porque o número de estabelecimentos que mais cresce é o de dois hectares (correspondente ao menor módulo fiscal), que representa antes uma moradia rural, em que apenas um membro da família é o responsável pelas atividades agrícolas, não sendo portanto o emprego da mão de obra familiar o que diferencia essas pequenas propriedades da propriedade capitalista.

Quem dirige os estabelecimentos agropecuários hoje não é mais a família como um todo, mas um (ou alguns) de seus membros, o que deita por terra a ideia de uma divisão social do trabalho assentada na disponibilidade de membros da família, distinta de uma divisão do trabalho capitalista (Silva, 2001).

Desde 2006, vigora a Lei n. 11.326, que estabelece as diretrizes para a formulação da política nacional da agricultura familiar e incorpora a ideia de empreendimentos familiares rurais ampliando as possibilidades de fomento ao pequeno agricultor. Hoje, em 2010, o Pronaf tem outro enfoque do que seja valorizar a agricultura familiar e dispõe de várias linhas de crédito, individuais e coletivas, assim como do enquadramento de atividades variadas como pesca, reflorestamento, estabelecimento de agroindústrias, silvicultura, turismo rural, comunidades quilombolas ou indígenas etc.

O conceito surgiu no contexto da década de 1990, mas passa agora por uma ressignificação, que pode vingar ou não. Neste trabalho, utilizamo-lo por ser a forma adotada pelo IBGE na tabulação de dados, embora saibamos que ele não distingue perfeitamente os pequenos produtores tradicionais de produtores extremamente especializados já inseridos na política de crédito.

3.3 Sobre o futuro da questão agrária brasileira

Geraldo Müller (1989) afirma que a pequena produção agrícola perdeu a possibilidade de participar dessa agricultura moderna, de ingressar no que ele chama de “clube moderno”, já que suas bases tradicionais de produção não oferecem condições político-econômicas para isso.

Mas cabe perguntar: a grande propriedade agroexportadora, carente de adequar-se à nova condição da economia industrial brasileira, não teve uma clara política de créditos, incentivos e assessoria técnica para se modernizar?

Entre aqueles que defendem a importância da garantia de competitividade, há um grande receio de não acompanhar a evolução da economia:

A necessidade de competir é, aliás, legitimada por uma ideologia largamente aceita e difundida, na medida em que a desobediência às suas regras implica perder posições e até mesmo desaparecer do cenário econômico. Criam-se, desse modo, novos “valores” em todos os planos, uma nova “ética” perversa e operacional face aos mecanismos da globalização (Santos, 2000, p. 57).

O que está dado é a base material a ser melhorada para que se cumpram os padrões da racionalidade econômica internacional, que são, paradoxalmente, ao mesmo tempo, mutáveis, rígidos e exigentes de flexibilidade. Ou, segundo Frederico e Castillo (2009, p. 2): “Partimos da concepção de que a competitividade não é um atributo circunscrito às empresas ou aos produtos no período da globalização, mas designa também uma condição dos lugares e regiões.”

Seja do tocante a área, valores e rendimento ou à inserção na agricultura científica globalizada, a comparação numérica entre pequenos e grandes produtores agrícolas faz os pequenos, os pobres, “os miseráveis do campo” (Müller, 1989) parecerem quase insignificantes.

Como vimos no Capítulo 2, o milho é com folga o principal produto da agricultura familiar, mas, assim mesmo, sua produção é inferior à patronal, de que mais da metade se dá como safrinha. Ou seja, a terceira produção da agricultura patronal ainda é superior à grande produção da agricultura familiar.

Além das evidentes pressões econômicas, que já superaram a condição de competição e caminham no sentido da competitividade – em que se deve aniquilar o concorrente, e não apenas vencê-lo (Santos, 2000) –, há historicamente, conforme discutimos, uma pressão política desigual, que resultou no atual estado de coisas no campo e na produção agrícola brasileira.

A ideia de que investir nos pequenos produtores e na reforma fundiária brasileira é inviável é antes de tudo ideológica. Ao longo da história do Brasil, os grandes proprietários sempre opuseram forte resistência a mudanças da base técnica de produção, o que também sempre esteve associado ao grande poder político das oligarquias locais.

O período entre a extinção do tráfico negreiro no Brasil (1831) e a abolição da escravidão (1888) não foi suficiente para que os produtores de café das regiões escravocratas alterassem sua forma de produção e incorporassem mão de obra livre. Ao fazê-lo, os cafeicultores paulistas tiveram potentes investimentos de capital, tanto para trazer os trabalhadores europeus como para ocupar a porção oeste do estado.

Esses mesmos cafeicultores perderam o controle do poder central em 1930, justamente por que não foram capazes de processar as mudanças políticas necessárias às novas condições não só econômicas mas também sociais brasileiras.

Conforme já discutimos, os grandes proprietários, esse setor social refratário a inovações, só às vésperas do golpe militar, sentindo-se ameaçados pelas reformas de base propostas no governo João Goulart, pactuam com a elite industrial brasileira, acatam a incorporação dos padrões produtivos da Revolução Verde e fazem a “modernização conservadora” do campo brasileiro. Mais uma vez, essa mudança da dinâmica agrícola brasileira absorveu vultuosos investimentos de capital, para que o setor entrasse nessas novas bases de produção.

Assim, a chamada modernização da agricultura não vai atuar no sentido da transformação dos latifundiários em empresários capitalistas, mas, ao contrário, transformou os capitalistas industriais e urbanos – sobretudo do Centro-Sul do país – em proprietários de terra, em latifundiários. A política de incentivos fiscais da Sudene e da Sudam foram os instrumentos de política econômica que viabilizaram essa fusão. Dessa forma, os capitalistas urbanos tornaram-se os maiores proprietários de terra no Brasil (Oliveira, 2001, p. 186).

Quando Caio Prado Jr. argumentou pela importância de se formarem cidadãos no campo – no sentido de se constituir uma nação –, propunha que se avançasse tanto do ponto de vista econômico quanto do ponto de vista civilizatório. Mas, como observa Geraldo Müller (1989), podia-se resolver o “problema econômico” de modernização do campo brasileiro sem que se alterassem as condições sociais.

De fato, a história brasileira comprova essa hipótese, mas ela resultou nesta sociedade brasileira sem cidadania, em que a mão de obra é expulsa do campo, criando ali uma grave pobreza e estendendo-a também à cidade, onde o aumento do número de desempregados pressiona os salários urbanos para baixo:

A localização censitária dessa gente pobre e miserável – morada contemporânea no padrão agrário moderno – não pode nos levar a esquecer sua participação no mercado nacional de mão de obra barata, utilizada temporariamente em atividades agrárias e não agrárias (construção civil, serviços domésticos urbanos, construção de grandes barragens) (Müller, 1989, p. 131).

Complementando, Oliveira nos chama a atenção para a dificuldade da fixação dos pequenos proprietários à terra, com o passar das gerações.

A maioria dos filhos dos camponeses cuja propriedade tenha superfície inferior a dez hectares jamais terão condição de se tornar camponeses nas terras dos pais. A eles caberá apenas um caminho: a estrada. A estrada que os levará à cidade ou a estrada que os levará à luta pela reconquista da terra (Oliveira, 2001, p. 188).

Essa é a origem do que se costuma chamar de violência no campo: ela começa nessa expulsão sem alternativa daqueles que estão na terra há muitas gerações. Ao mesmo tempo, sua inserção nas cidades é precária, pois eles não têm nem conhecimentos, nem dinheiro. O que há são serviços precários e moradias precárias, que, assim como no campo em geral, ficam em áreas sem infraestrutura ocupadas nas cidades.

Para Silva (2001), essa expulsão tem se dado principalmente pelo declínio da renda das atividades agropecuárias, e o sustento familiar rural provém de atividades não agrícolas e de transferências sociais:

Dada a queda da renda proveniente das atividades agropecuárias, as famílias rurais brasileiras estão se tornando cada vez mais não agrícolas, garantindo sua sobrevivência mediante transferências sociais (aposentadorias e pensões) e em ocupações não agrícolas (p. 42).

Esse declínio da renda agrícola da pequena agricultura exige a formulação de uma nova proposta de Reforma Agrária. O antigo modelo loteava o latifúndio – nos moldes dos loteamentos urbanos –, e cada agricultor obtinha (durante o processo de assentamento) seu lote conforme a sorte: em área plana ou, com ou sem disponibilidade de água, próximo ou distante da rodovia etc.

De modo geral, o agricultor procurava aplicar seu conhecimento de base tradicional plantando os gêneros mais comuns na agricultura, que são aqueles que, por suas propriedades econômicas, têm menor valor agregado. Aliado à relativa baixa produtividade e à dificuldade de escoamento de produtos, isso conduzia à bancarrota do pequeno empreendimento agrícola.

Se já para a grande produção agrícola a reprodução das bases tradicionais é quase proibitiva, para os pequenos agricultores ela é definitivamente inviável. Nesse contexto, Silva (2001) propõe que as pequenas produções estejam atentas ao surgimento de novas atividades agrícolas, com produtos de alto valor agregado. Por exemplo, as agroindústrias que aumentam bastante o valor da mercadoria agrícola, ou o atendimento de mercados específicos de grande valor – o autor cita a produção de escargots.

Atualmente, há muitos debates sobre o destino da agricultura no Brasil e o problema do cumprimento da legislação ambiental. Ao mesmo tempo, são inegáveis o impacto das grandes produções monocultoras, com uso intensivo de implementos agrícolas, assim como o crescimento da demanda de produtos orgânicos, livres de defensivos químicos.

A Reforma Agrária a ser feita deve trazer respostas a esses novos problemas espaciais da produção agrícola. É muito mais simples a convivência das áreas de proteção (APAs e APPs) com unidades de produção diversificada, já que seu cultivo se dá em áreas relativamente restritas, com menos impacto do uso de implementos (principalmente maquinário) e com rotatividade de culturas. Por sua vez, a produção diversificada pode contar com técnicas sofisticadas (como as da agricultura orgânica), mas com menos emprego de capital, com baixo impacto sobre o ambiente e menor risco de erosão e assoreamento.

Além disso, é necessário que a Reforma Agrária proponha novas formas de organização social para a produção no campo: que os agricultores sejam associados e cooperativados e que tenham autonomia na circulação de suas mercadorias, para que os assentamentos sejam polos de produção economicamente viáveis, e sejam também uma nova forma de vida no campo.

CAPÍTULO 4

AS *COMMODITIES* MILHO E SOJA NO TERRITÓRIO BRASILEIRO

O milho e a soja são as maiores produções de grãos e também as principais culturas em área plantada da agricultura brasileira. Hoje, observa-se uma relação direta entre elas no Brasil – por suas características sazonais, uma e outra são boas culturas de interstício.

Inicialmente, a soja era cultura de verão nas terras de produção de trigo no extremo sul do território, ao passo que o milho, produto de cultura ainda mais antiga no Brasil, sempre foi interstício de outras culturas tradicionais por todo o país tais como amendoim e feijão.

Hoje, tanto o milho quanto a soja são *commodities*, ou seja, produtos primários que têm cotação internacional de preços dada a importância de seu mercado, mas se realizam de formas diferentes no território nacional.

4.1 Soja e milho – agronegócio e agricultura familiar

Atualmente, a soja se destaca na balança comercial brasileira (25%) (Castillo; Frederico; no prelo) e, por isso, nas políticas agrícolas no território. Na condição de principal produto do agronegócio e da balança comercial brasileira, ela conta com alta racionalidade técnica: sua produção opera como cadeia produtiva desde a obtenção de crédito, passando pelos insumos e pelo caminho de escoamento e até o destino final. São as *regiões competitivas* (tanto os *belts* quanto os *fronts*), fortemente instrumentalizadas pelas redes de *logística*.

No Brasil, o milho está à sombra da soja e é a principal cultivar da agricultura familiar, com 19,5 milhões de toneladas, seguida pela mandioca, com 14 milhões (Sidra-IBGE). É também a principal cultura de interstício da soja, como segunda safra, porém, assim como a produção da agricultura familiar, a safrinha de milho, como vimos, não conta exatamente com todas as variáveis de produção sistêmica da soja produzida nas mesmas fazendas.

Na tabela de condição do produtor, observamos que, na maior parte das unidades produtoras de soja (83,77%) e de milho (71,80%), o produtor é o proprietário. O que

demonstra a concentração fundiária da produção da soja é que, apesar de ela ser maior a produção, seu número de unidades produtoras é 10% das de milho: mais de 2 milhões de produtores de milho e 215 mil produtores de soja.

É interessante destacar que assentados sem titulação, parceiros, ocupantes e produtores sem área (todos enquadrados no conceito de *camponeses*) correspondem a mais de 22% dos produtores de milho, mas a apenas quase 7% dos de soja. Portanto, mais de 93% da produção de soja se dá em estabelecimentos próprios ou arrendados – arrendar é prática comum do agronegócio.

Segundo Oliveira (2001), a intensificação da luta pela terra da década de 1980 em diante diminuiu a disposição e a prática de arrendamento e parceria dos grandes proprietários com os pequenos produtores. Em 2006, apenas 4% dos produtores de milho e 2% dos de soja eram parceiros. Além disso, dados de arrendamento mostram que a agricultura competitiva da soja prevalece (10%) sobre a dual do milho (5,6%), levando a crer que esse arrendamento é de estabelecimentos menores para grandes produtores.

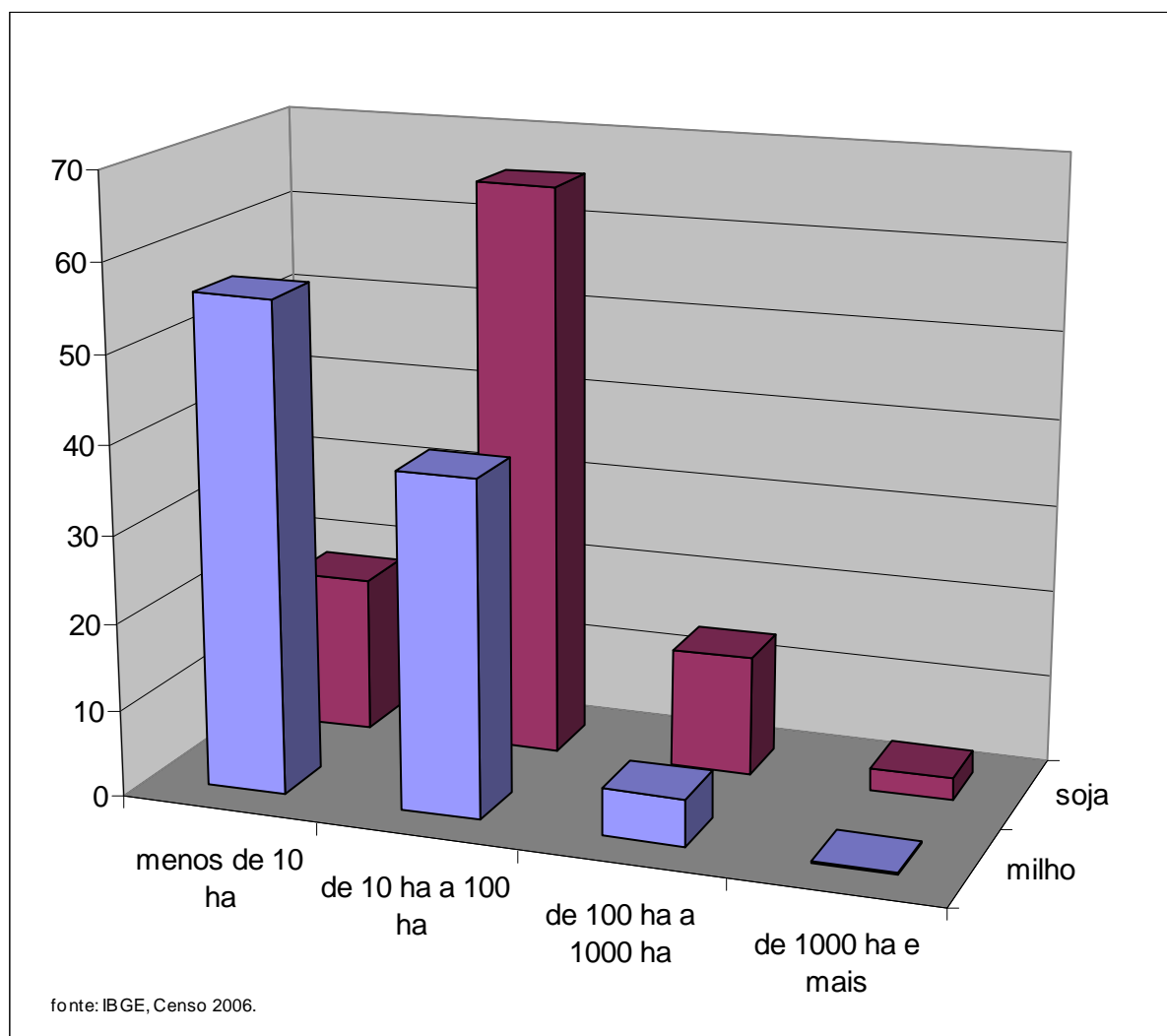
Tabela 4.1 – Unidades produtoras de milho e soja por grupo de atividade econômica

condição do produtor	milho em grão		soja em grão	
	número	%	número	%
proprietário	1.457.631	71,8	180.928	83,77
assentado sem titulação	72.653	3,58	3.671	1,7
arrendatário	114.614	5,65	22.897	10,6
parceiro	83.172	4,1	4.470	2,07
ocupante	210.699	10,38	3.776	1,75
produtor sem área	91.353	4,5	235	0,11
total	2.030.122	100	215.977	100

fonte: IBGE, 2006.

Como mostram os gráficos a seguir, a maioria dos estabelecimentos de ambas as produções se concentra em áreas de 10 a 50 hectares. No entanto, a maior concentração de estabelecimentos de produção de milho é em unidades de até 10 hectares, sobretudo nas menores de 5 hectares. A produção de soja concentra-se em unidades entre 10 e 100 hectares, tendo a dispersão dos dados para áreas maiores.

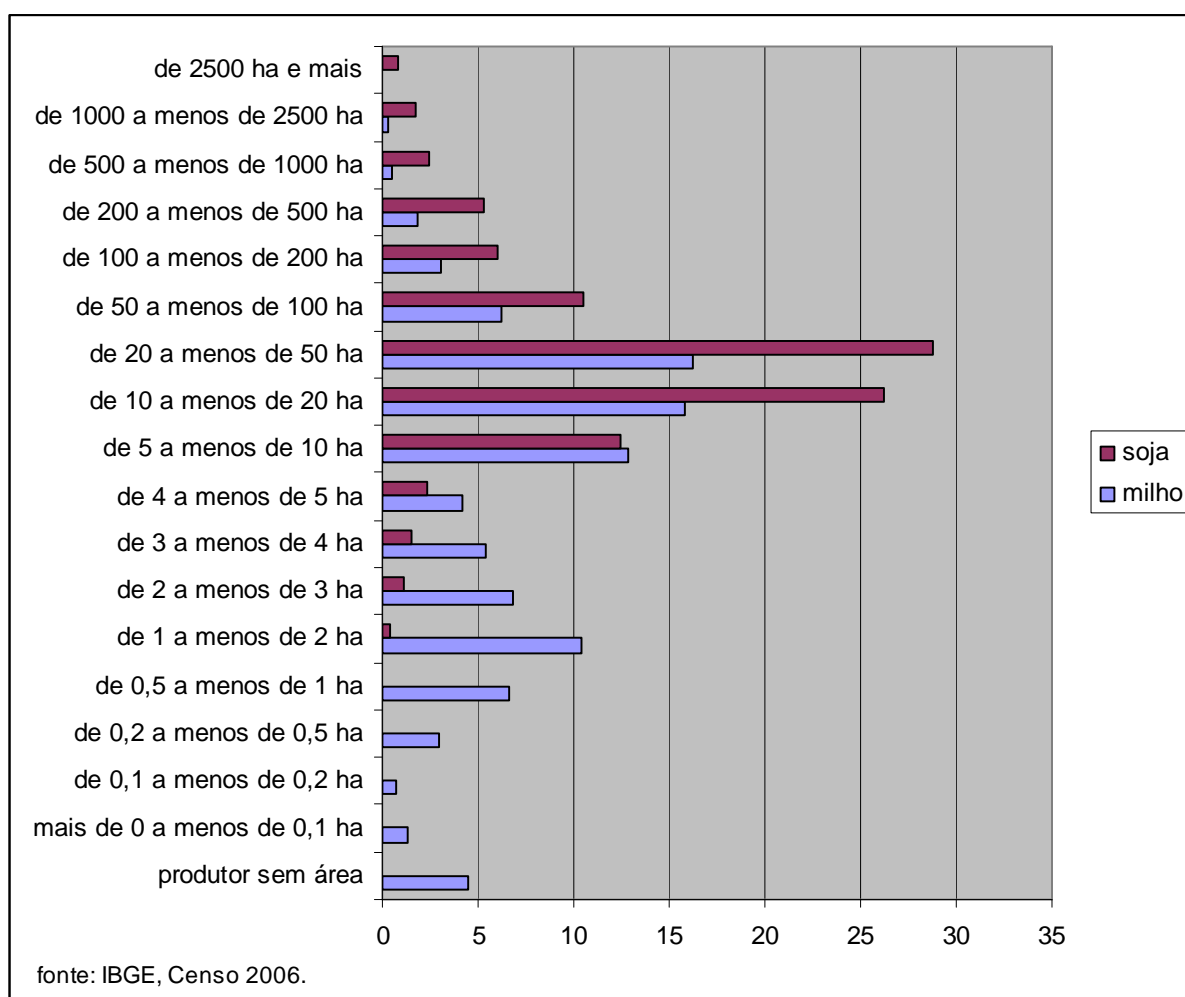
Gráfico 4.1 – Distribuição das propriedades produtoras de milho e soja no Brasil, por tamanho – 2006



É importante ponderar que esses dados sobre área não têm valor absoluto, mas relativo, já que a própria legislação brasileira classifica as propriedades segundo módulos fiscais, definindo o tamanho da área também em função de sua localização e da qualidade do solo como características.

Porém, associando esses dados aos de produção total, número de unidades produtoras e a condição dos produtores, podemos concluir que, em geral, a produção de milho é mais pulverizada no território, com mais unidades menores de produção, ainda que a maior parte seja produzida em unidades maiores que 10 hectares.

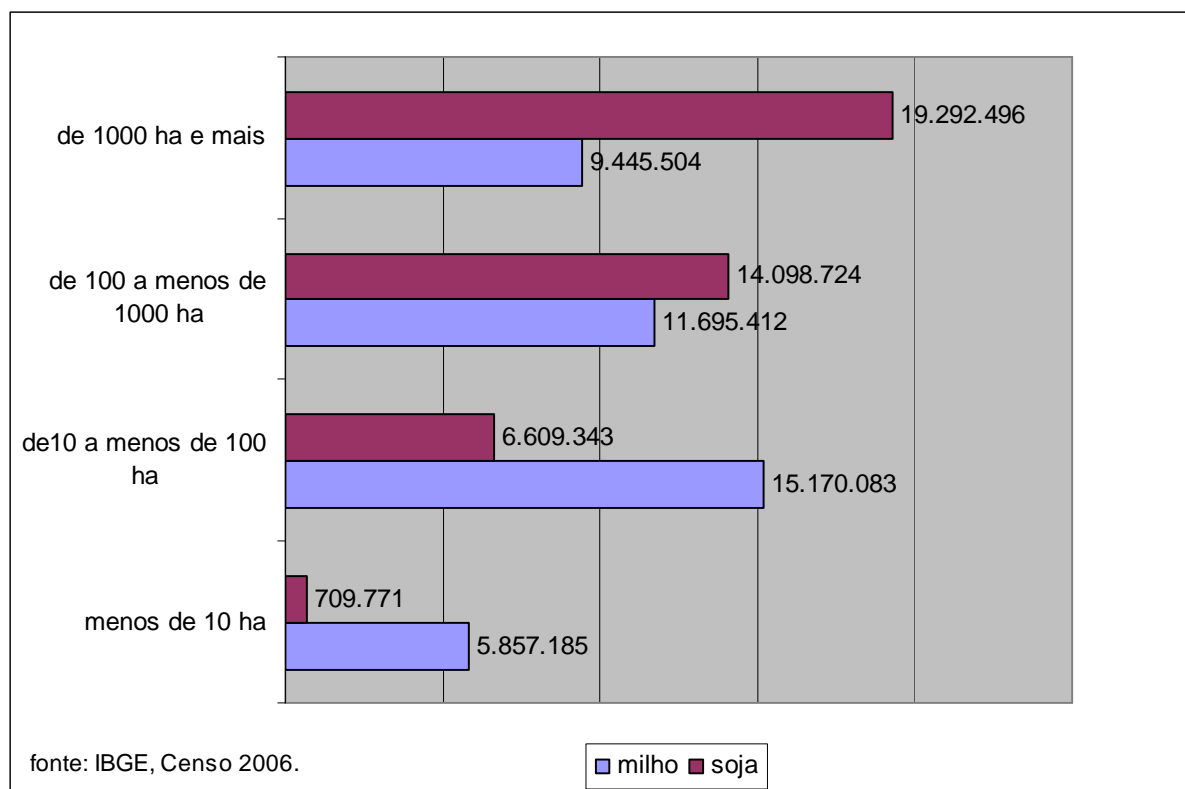
Gráfico 4.2 – Produção de soja e milho – estabelecimentos rurais por área (%) – 2006



Analisando as quantidades produzidas pelo tamanho das propriedades, vemos que mais de 80% da produção da soja ocorre em áreas com mais de 100 hectares e que quase a metade está em áreas com mais de mil hectares, sendo a dispersão dos dados decrescente: maiores produções em áreas maiores.

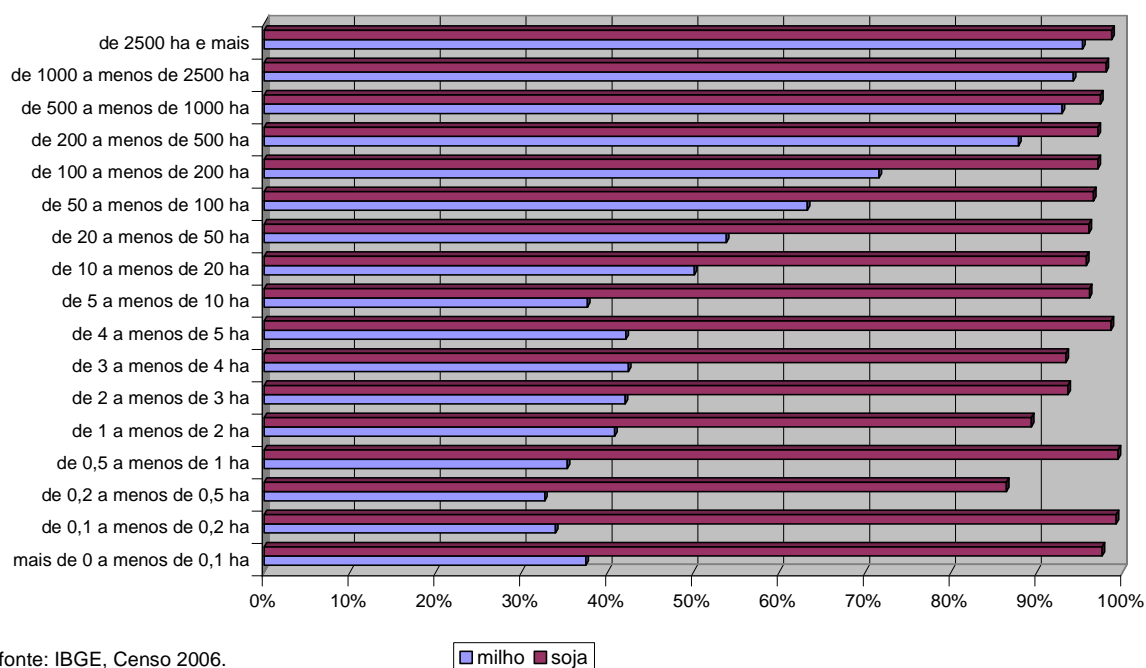
A maior parte do milho é produzida em áreas de 10 a 100 hectares, e, conforme aumenta a área das propriedades, diminui sua participação no todo. As pequenas propriedades de até 10 hectares produzem 14%, e um número expressivo de estabelecimentos pequenos por todo o país (mais de 1,1 milhão) responde por 55% da produção total de milho.

Gráfico 4.3 – Quantidade de milho e soja produzidos no Brasil, por tamanho da propriedade – 2006



A relação entre quantidade produzida e vendida é muito diferente para o milho e para a soja. No caso desta, essa relação é uniforme, praticamente não há consumo interno na propriedade produtora. Já no caso do milho, em áreas de até 10 hectares, apenas 40% da produção são comercializados e, em unidades de até 50 hectares, a metade. Em áreas superiores a 100 hectares, o percentual vendido aumenta progressivamente com o aumento das propriedades, chegando a quase 100% nas grandes propriedades, assim como a soja, fazendo crer que nestas o milho também é um produto competitivo.

Gráfico 4.4 – Quantidade de milho e soja vendida/produzida no Brasil, por grupo de área – 2006



A comparação da produção nas agriculturas patronal e familiar induz reflexões interessantes. Primeiramente, reafirma-se a uniformidade da produção da soja, de que o rendimento médio na agricultura familiar – tanto o financeiro quanto o bruto – é ligeiramente inferior ao da agricultura patronal. O milho reitera sua dualidade, e a produção familiar tem rendimento significativamente menor (75% do patronal).

O tamanho médio das propriedades também denota diferenças na estrutura das produções: o tamanho médio das propriedades familiares de soja é próximo ao das propriedades patronais de milho, e as propriedades patronais de soja são, em média, mais de dez vezes maiores que as milho.

No entanto, o rendimento do milho – tanto o bruto quanto o financeiro – é superior ao da soja. O rendimento do milho na agricultura familiar, que em tese conta com menos técnicas modernas de produção, é maior que o da soja, dotada de todos os recursos técnicos disponíveis no mercado de *commodities*.

Tabela 4.2 – Rendimento do milho e da soja nas agriculturas patronal e familiar

	milho		soja	
	familiar	patronal	familiar	patronal
rendimento t/ha	3,03	4,30	2,37	2,65
rendimento R\$/ha	834	1.133	1.068	1.101
área média dos estabelecimentos	3,57	22,62	16,51	249,00

fonte: IBGE, 2006.

4.2 O mercado de *commodities* – a inversão da lógica que subordina o produtor

O preço nacional da soja é cotado em Chicago, ao passo que o preço do milho brasileiro é cotado no IAC, embora as cotações locais sejam preponderantes nas negociações. Assim, a racionalidade de produção do milho acompanha a variação de seu preço de venda, o que não se observa quanto à soja.

A soja verde é comprada pelas *tradings* na época do plantio: os proprietários contraem empréstimos de custeio junto às empresas e asseguram o pagamento com a entrega dos grãos na época da colheita.

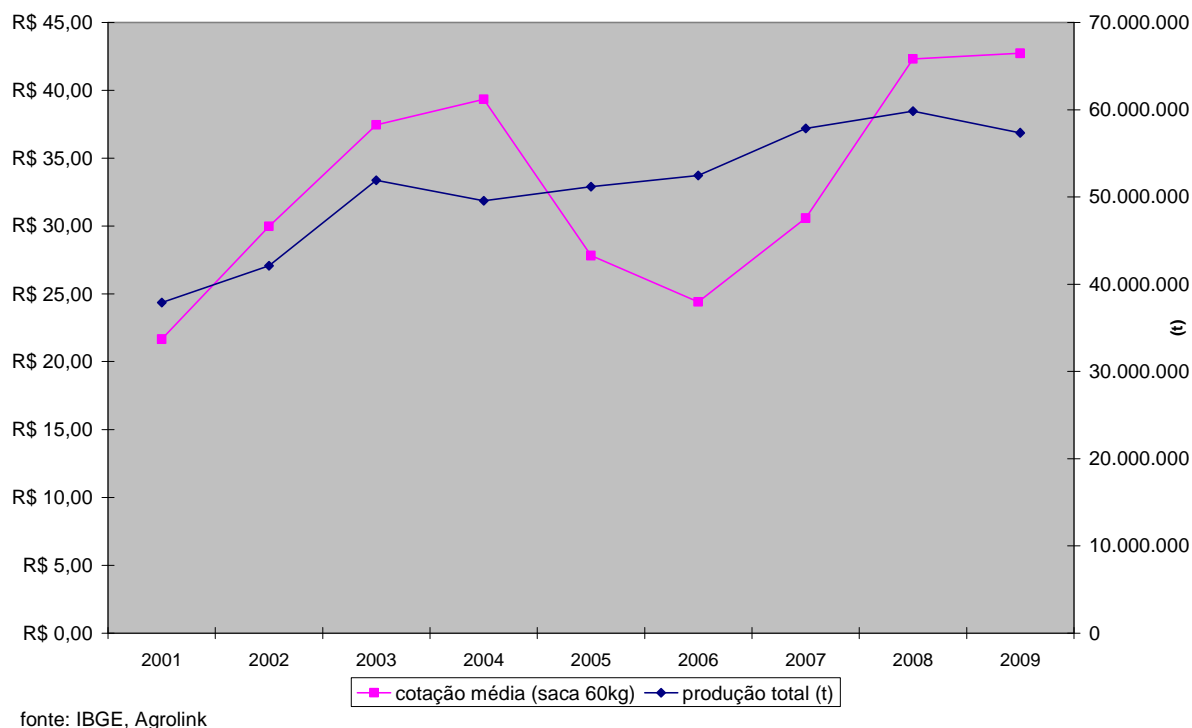
Imediatamente após a compra, os grãos são vendidos na Bolsa de Valores de Chicago (Chicago Board of Trade). A venda é feita através de uma operação denominada *hedge*, que assegura a venda dos grãos comprados do produtor a um preço fixo na época da colheita. Ao fazer o *hedge*, a empresa se protege contra as oscilações de mercado. [...] Por um lado, ao fazer o *hedge*, as empresas assumem que estão fazendo uma operação de risco e abrem mão de ganhar mais com uma possível valorização dos grãos, mas, por outro, se garantem contra uma possível baixa dos preços. Mas, como os agentes econômicos já conseguiram comprar os grãos a um valor abaixo do mercado, devido aos juros cobrados pelos empréstimos ao produtor, esse tipo de negociação na Bolsa de Mercadorias e Futuros se torna atraente (FREDERICO, 2009, p. 118).

O *Novíssimo Dicionário de Economia* define o conceito econômico de *commodity*:

O termo significa literalmente “mercadoria” em inglês. Nas relações comerciais internacionais, o termo designa um tipo particular de mercadoria em estado bruto ou produto primário de importância comercial, como é o caso do café, do chá, da lã, do algodão, da juta, do estanho, do cobre etc. Alguns centros se notabilizaram como importantes mercados desses produtos [...] Londres, pela tradição colonial, é um dos centros mais antigos de compra e venda de *commodities*, grande parte das quais nem sequer passa pelo seu porto (Sandroni, 1999, p.112).

A racionalidade produtora da soja brasileira é exógena ao território, como podemos observar no gráfico 4.5. A decisão da produção não é feita pelo produtor, mas pelo mercado, as oscilações de preço não alteram a curva da produção.

Gráfico 4.5 – Evolução dos preços e da produção total de soja no Brasil – 2001-2009



Assim, a soja tem todas as características de *commodity*: alta aplicação de capital (insumos, maquinário, assistência e sementes) e produção homogênea, em regiões especializadas e negociada em mercados de *commodities*. Entre grãos, farelo e óleo, a maior parte da produção brasileira é exportada.

Discutindo a industrialização da agricultura, Müller (1989) aponta que a integração entre a agroindústria, a indústria e os supermercados passou a fazer exigências técnicas e econômicas e a participar da regulação das atividades agrárias. Atualmente, no mercado da soja, essa realidade se intensificou exponencialmente, pois são os parâmetros internacionais de mercado que definem como ela será produzida, sob que condições técnicas e de crédito e com que preço final.

Como destacam Castillo e Frederico (2009, p. 10), é a inversão total da lógica produtiva, que subordina o produtor da soja:

Desde meados dos anos 1980, o papel articulador da modernização agrícola, antes exercido quase exclusivamente pelo Estado, vai sendo compartilhado, aos poucos, com grandes empresas agroindustriais e *tradings*, nacionais e estrangeiras (Mazzali², 2000). Na esteira do discurso e da prática neoliberais, o setor agrícola moderno no Brasil vive hoje uma nova regulação (Antas Jr.³, 2005), que aprofunda características que vinham sendo gestadas desde o período anterior (Castillo, 2004⁴; 2005⁵).

Na década de 1990, no cerrado brasileiro, essa perversa dinâmica da expansão da produção da soja, em que nem os grandes fazendeiros são quem sujeita verdadeiramente o processo produtivo, o Estado foi um grande facilitador das grandes redes de escoamento dessa soja, viabilizando o mais possível esse mercado de *commodity*, visando sobretudo o superávit comercial da balança de pagamentos.

Assim, a escolha governamental foi aumentar a competitividade dessa produção específica que subordina os produtores, os municípios, as regiões e a própria agricultura brasileira. Nesse mercado de *commodity* da soja:

[...] as grandes corporações determinaram os novos padrões tecnológicos e subordinaram os produtores à sua lógica. Os pequenos agricultores passaram a ter cada vez menos chances de sobrevivência diante da impossibilidade de adquirir os novos sistemas técnicos e acompanhar, na mesma velocidade, um novo tempo que se implantava no território (Frederico, 2009, p. 21).

Mais uma vez, por seu caráter coadjuvante da agricultura patronal, o milho não está no foco da produção para exportação. Suas curvas de produção e preços têm oscilações típicas de mercados não monopolistas, revelando maior liberdade de produção, compra e venda.

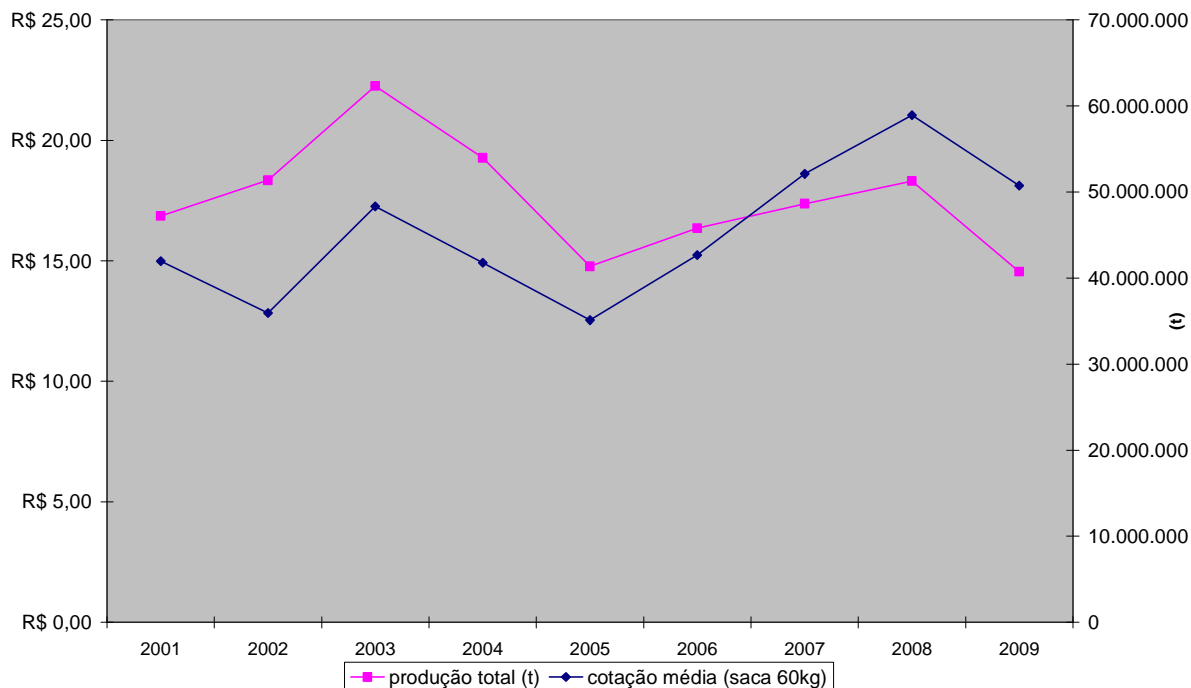
² Mazzali, Leonel. *O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização em rede*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

³ Antas Jr., Ricardo Mendes. *Território e regulação: espaço geográfico, fonte material e não formal do direito*. São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2005.

⁴ Castillo, Ricardo. Transporte e logística de grãos sólidos agrícolas: componentes estruturais do novo sistema de movimentos do território brasileiro. *Investigaciones Geográficas – Boletín del Instituto de Geografía, Unam*, n. 55, p. 79-96, 2004.

⁵ Castillo, Ricardo. Exportar alimentos é a saída para o Brasil? O caso do complexo soja. In: Albuquerque, E. S. (Org.). *Que país é esse? Pensando o Brasil contemporâneo*. São Paulo: Globo, 2005. p. 283-306.

Gráfico 4.6 – Evolução dos preços e da produção total de milho no Brasil – 2001-2009



fonte: IBGE, Agrolink.

O milho brasileiro não é negociado de forma monopolista pelas *tradings* internacionais, mas as exportações tendem a aumentar principalmente em função do aumento do consumo internacional; no entanto, o que garante o mercado é a força da demanda interna.

Portanto, o que torna a produção milho menos competitiva é o que dá ao produtor agrícola a liberdade de produzir ou não conforme sua decisão e sua expectativa de preços de mercado. Por outro lado, convém lembrar que parte da produção de milho já está sob os mesmos padrões encontrados na produção de soja.

Apesar de levar dinâmica econômica às regiões produtoras, principalmente no caso dos *fronts*, e de atender à grande convocatória internacional da economia globalizada, a produção de *commodities* é feita “ao custo, muitas vezes, do bem-estar das populações locais. [...] [o caso da soja ilustra a] vulnerabilidade de regiões funcionais atreladas aos mercados internacionais, sempre sujeitas a fatores externos que não podem controlar e nem mesmo prever” (CASTILLO; FREDERICO, 2009, p. 12).

CONCLUSÃO

Como vimos, Sandroni (1999) destaca que, por sua tradição colonial, Londres é um grande mercado de *commodities*, mesmo que a maioria dos produtos nem sequer passe por seus portos. Assim, apesar de todo o instrumental técnico da moderna produção de soja, com inovações tecnológicas de toda sorte, podemos nos perguntar se não estamos reeditando, em novos padrões de circulação de informações e mercadorias, o antigo modo brasileiro colonial agroexportador, já que os principais beneficiários nacionais dessa política – os grandes fazendeiros produtores – estão completamente subordinados a interesses externos.

Ou, nas palavras de Castillo e Frederico (2009, p. 13):

Além da vulnerabilidade política, econômica, militar e financeira, a formação socioespacial brasileira padece também de uma crescente vulnerabilidade territorial. Às implicações de uma excessiva reunião de fatores produtivos numa porção do território, com pouca ou nenhuma autonomia decisória regional (o que produzir, de que maneira e em quais quantidades), soma-se o risco de imobilizar grandes quantidades de capital em complexos sistemas de engenharia a serviço de monoculturas de exportação que podem tornar-se ociosas por conta de oscilações dos mercados e dificultar reconversões produtivas.

Além disso, Oliveira (2001, p. 187) apresenta dados da Receita Federal segundo os quais, em 1994, sonegaram o ITR 59% dos imóveis com área entre 1.000 e 5.000 hectares e 87% dos imóveis com mais de 5.000 hectares:

Essas grandes extensões de terra estão concentradas nas mãos de inúmeros grupos econômicos porque, no Brasil, estas funcionam ora como reserva de valor, ora como reserva patrimonial. Ou seja, como instrumentos de garantia para o acesso ao sistema de financiamentos bancários ou ao sistema de políticas de incentivos governamentais.

Disso resultam a atual concentração fundiária brasileira e o impasse em que se vê a questão agrária, evidentemente relacionada a motivações econômicas mas cuja determinação política é igualmente evidente, como mostra o circuito produtivo da soja, que valorizou sensivelmente as terras dos grandes proprietários do cerrado brasileiro “pré-soja”.

Por outro lado, é importante salientar que a pequena produção agrícola, com bases menos ou mais tradicionais, não representa um retrocesso em relação à agricultura patronal extremamente competitiva. Ao contrário, como propôs Caio Prado Jr., a produção plural em que os trabalhadores são donos das terras e dos meios de produção permite um alargamento

da base de consumo social, criando na economia um lastro tanto da produção diversificada quanto de demanda dos produtos da cidade: “Consideramos assim que a região competitiva e a logística são duas das expressões geográficas mais contundentes da globalização e revelam, de alguma forma, a lógica da aceleração contemporânea (Santos, 1996)” (Castillo; Frederico, 2009, p. 8).

Não são poucas as evidências de que a aplicação desordenada das técnicas na agricultura monocultora – o emprego massivo de agrotóxicos, a mecanização pesada, assim como a irrigação – põe em risco a estrutura dos solos, das bacias hidrográficas, da biodiversidade e a saúde dos trabalhadores.

Santos (2002, p. 166), refletindo sobre a disponibilidade de técnicas que hoje podem garantir a velocidade, a pressa e a aceleração contemporânea, propõe:

Será um mundo no qual os que desejarem ter pressa poderão fazê-lo livremente e no qual os que não são apressados serão fortalecidos, de modo a poder pensar na reconstrução da paz mundial e na luta por uma convivência social digna e humana dentro de cada país.

Isso não significa que nos oponhamos à aplicação de técnicas modernas à agricultura, ao contrário, mas é necessário estabelecer limites razoáveis para a voracidade dos grandes agentes econômicos, sobretudo as *tradings*, de modo que a produção agrícola possa de fato se beneficiar de todas as técnicas modernas, ao invés de estar submetida a sua aplicação indiscriminada.

Finalmente, esperamos que a lógica da produção agrícola logre resgatar valores fundamentais como o respeito à terra, patrimônio de toda a humanidade.

REFERÊNCIAS

- ABIOVE – Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais, 2010. Disponível em: <http://www.abiove.com.br/exporta_br.html>. Acesso em: 8 dez. 2010.
- ALICE-Web – Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior via Internet. Secretaria de Comércio Exterior. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Disponível em: <<http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br/>>. Acesso em: 10 dez. 2010.
- ANTAS JR., Ricardo Mendes. **Território e regulação**: espaço geográfico, fonte material e não formal do direito. São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2005.
- ARROYO, Mónica. Fluidez e porosidade do território brasileiro no contexto da integração continental. In: SILVEIRA, M. L. (Org.). **Continente em chamas**: globalização e território na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 211-242.
- _____. **Território nacional e mercado externo**: uma leitura do Brasil na virada do século XX. 2001. 250 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- BANCO de Dados Agregados. Sidra – Sistema IBGE de Recuperação Automática. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo1.asp?e=v&t=1&p=CA&z=t&o=3>>. Acesso em: 12 dez. 2010.
- BCC – Banco Central do Brasil. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/pronaf.asp#1>. Acesso em: 1 dez. 2010.
- BRASIL. Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispões sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 de novembro de 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4504.htm>. Acesso em: 8 dez. 2010.
- CASTILLO, Ricardo. Exportar alimentos é a saída para o Brasil? O caso do complexo soja. In: ALBUQUERQUE, E. S. (Org.). **Que país é esse?** Pensando o Brasil contemporâneo. São Paulo: Globo, 2005. p. 283-306.
- CASTILLO, Ricardo. Transporte e logística de granéis sólidos agrícolas: componentes estruturais do novo sistema de movimentos do território brasileiro. **Investigaciones Geográficas** – Boletín del Instituto de Geografía, Unam, n. 55, p. 79-96, 2004.

CASTILLO, Ricardo; FREDERICO, Samuel. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. **Sociedade & Natureza**, UFU Online, 2011. No prelo.

_____. Dinâmica regional e globalização: espaços competitivos agrícolas no território brasileiro. **Revista Mercator**, v. 9, n. 18, 2010. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/viewArticle/330>>. Acesso em: 1 dez 2010.

CISOJA – Centro de Inteligência da Soja. Disponível em: <<http://www.cisoja.com.br/index.php?p=historico>>. Acesso em: 7 dez. 2010.

CONAB – Campanha Nacional de Abastecimento. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conabweb/agriculturaFamiliar/paa_o_que_e.html>. Acesso em: 1 dez. 2010.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Cultivo do milho. **Sistemas de Produção**, set. 2009. Disponível em: <http://www.cnpms.embrapa.br/publicacoes/milho_5_ed/economia.htm>. Acesso em: 1 dez. 2010.

_____. **Sistemas de Produção**, dez. 2006. Disponível em: <http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Milho/CultivodoMilho_2ed/economia.htm>. Acesso em: 8 dez. 2010.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em: <<http://www.embrapa.gov.br>>. Acesso em: 1 dez. 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro. **Agrária**, São Paulo, n. 1, 2004.

FREDERICO, Samuel. **O novo tempo do cerrado: expansão dos fronts agrícolas e controle do sistema de armazenamento de grãos**. 2009. 273 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

FREITAS, Fábio de Oliveira. As expansões do milho – *Zea mays, L.* – para a América do Sul, baseado no resgate e estudo de DNA ancião de amostras arqueológicas. **Embrapa** – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, dez. 2002. Disponível em: <<http://www.cenargen.embrapa.br/publica/trabalhos/bp032.pdf>>. Acesso em: 1 dez. 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 1 dez. 2010.

MAZZALI, Leonel. **O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização em rede**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

MINISTÉRIO do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>>. Acesso em: 1 dez. 2010.

MONTEIRO, Denise Mattos. Política de terras no Brasil: elite agrária e reações à legislação fundiária na passagem do Império para a República. **História Econômica & História das Empresas**, v. 2, 2002. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/images/stories/Mattos_Monteiro_-_Final_-_p.53-73.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2010.

MÜLLER, Geraldo. Cem anos de República, notas sobre as transformações estruturais no campo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 3, n. 7, set./dez. 1989. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141989000300007>. Acesso em: 1 dez. 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, set./dez. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000300015&script=sci_arttext>. Acesso em: 1 dez. 2010.

PRADO JR., Caio. **Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

PRESIDÊNCIA da República Federativa do Brasil. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao/>>. Acesso em: 1 dez. 2010.

PRONAF – Programa nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar. Disponível em: <<http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo26.htm>>. Acesso em: 1 dez. 2010.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. 3. ed. São Paulo: Best Seller, 1999.

_____. **Questão agrária e campesinato**. São Paulo: Polis, 1980.

SANTOS, Milton. **O país distorcido**. São Paulo: Publifolha, 2002.

_____. **Por uma outra globalização**. São Paulo: Record, 2000.

SILVA, José Graziano da. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, set./dez. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300005>. Acesso em: 1 dez. 2010.